

5 A RECONSTRUÇÃO MEDIÁTICA DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Anabela Carvalho, Eulália Pereira, Ana Teresa Rodrigues e Ana Patrícia Silveira

Resumo

Este capítulo analisa a representação mediática das alterações climáticas em Portugal. O estudo cobre quatro media impressos – *Público*, *Correio da Manhã*, *Expresso* e *Visão* – que foram seleccionados devido às suas posições no mercado das audiências e devido ao seu poder para marcar as agendas políticas e sociais. Centrando-se em vários ‘momentos críticos’ entre 1990 e 2007, o capítulo apresenta os resultados de uma análise de conteúdo de diferentes dimensões dos artigos jornalísticos. Para além disso, faz-se uma análise crítica do discurso desses meios impressos em quatro momentos críticos entre 2003 e 2007. A televisão é também objecto de análise com base numa amostra de emissões noticiosas da RTP1, 2, SIC e TVI. Ao longo do capítulo, procura-se comparar a representação da mudança global do clima em diferentes media com o objectivo de compreender se existem discursos alternativos. Dada a sua importância para a definição do problema e para a formulação de opções de acção, as questões do risco e da responsabilidade merecem particular importância na análise da (re)construção mediática das alterações climáticas.

1. Introdução

Múltiplos estudos indicam que os media desempenham um papel essencial como fonte de informação sobre alterações climáticas para os cidadãos (e.g. Corbett & Durfee, 2004; Wilson, 1995). Dado o carácter geográfica e temporalmente difuso do problema e o facto da sua detecção e avaliação depender fortemente da ciência, a comunicação social é um mediador crucial para o público. Para além disto, os media são actores centrais na formulação, reprodução e transformação do significado deste problema complexo e uma arena fundamental para a legitimação e/ou crítica de opções políticas e económicas.

Que vozes são dominantes na cobertura das alterações climáticas? Quais os temas mais frequentes? Que discursos circulam nos media portugueses sobre a questão e sobre a responsabilidade pela acção? Estas são algumas das questões que orientaram a preparação deste capítulo, onde se analisa a cobertura mediática sobre alterações climáticas entre 1990, ano em que o Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) publicou o seu 1º Relatório de Avaliação, e 2007, data de publicação do 4º Relatório do IPCC. Nestas quase duas décadas, esta problemática ganhou uma forte relevância social e política e foi desenvolvido e posto em prática um sistema de regulação internacional da questão, com instrumentos políticos e instituições específicas (e.g. a Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas e o Protocolo de Quioto).

Procurar-se-á analisar, tanto de forma quantitativa como de forma qualitativa, o modo como os principais meios de comunicação social em Portugal trataram esta questão em vários momentos-chave. Por um lado, analisaremos aspectos como a evolução do volume de cobertura, a distribuição dos temas, as referências a actores sociais e a origem dos artigos de forma essencialmente quantitativa. Por outro lado, centrar-nos-emos de forma mais detalhada sobre um número mais reduzido de artigos jornalísticos e peças televisivas, oferecendo uma análise qualitativa na linha dos Estudos Críticos de Discurso. Tentaremos assim identificar tendências na representação mediática das alterações climáticas e compreender como determinados discursos foram sendo reproduzidos e sedimentando-se enquanto outros foram sendo excluídos da arena dos media.³⁷

2. Os media e as alterações climáticas

Estudos sobre vários países apontam o final da década de 80 como um período determinante na história da mediatização das alterações climáticas e portanto, em grande medida, da sua existência como uma questão ‘pública’ (Carvalho & Burgess, 2005; Mazur, 1998). A partir de 1988, terá ocorrido um aumento significativo no volume de cobertura

³⁷ Várias partes deste capítulo são uma tradução do seguinte texto: Carvalho, A. & Pereira, E. (2008) ‘Communicating climate change in Portugal: A critical analysis of journalism and beyond’, in A. Carvalho (ed.) *Communicating Climate Change: Discourses, Mediations and Perceptions*, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, pp. 126-56. E-book disponível em: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/climate_change

mediática, motivado por factores como um Verão anormalmente quente e seco nos EUA, as declarações prestadas por James Hansen ao Congresso norte-americano sobre a relação entre o efeito de estufa e as temperaturas então registadas, e alguns discursos de Margaret Thatcher sobre as alterações climáticas. Ao longo das duas décadas seguintes, os níveis de atenção dos media tiveram flutuações significativas. Vários autores sugerem que a cobertura das alterações climáticas é fortemente dependente de ‘eventos’ (e.g. Wilkins & Patterson, 1990). Por outras palavras, apesar do seu carácter contínuo, para as alterações climáticas se tornarem alvo do interesse dos media seria necessário que ocorressem reuniões políticas, encontros científicos ou outros acontecimentos.

Ao longo do tempo, houve alterações significativas nas questões e vozes presentes nos media. Enquanto que nos primeiros anos a ciência e os cientistas eram o tema e o actor social mais frequentes no tratamento das alterações climáticas, a política e os actores políticos rapidamente se tornaram dominantes (Carvalho & Burgess, 2005; Trumbo, 1996). Numa análise da imprensa britânica, Carvalho (2005) concluiu que o discurso político não só determinou os picos de cobertura, tipicamente associados a cimeiras intergovernamentais e a pronunciamentos de figuras políticas de alto nível, como teve uma importante influência nas formas de perspetivação da questão pelos media (cf. Olausson, 2009). As estratégias discursivas usadas pelos actores políticos no sentido de legitimar determinados programas de acção ou inacção foram frequentemente reproduzidas por alguns jornais de forma acrítica, embora outros tenham feito uma análise mais profunda e distanciada. As questões de política internacional foram identificadas como dominantes em estudos da imprensa francesa (e.g. Brossard, Shanahan & McComas, 2004) e sueca (Olausson, 2009).

Um dos aspectos mais marcantes da representação mediática das alterações climáticas tem sido a visibilidade conferida aos chamados ‘cépticos’. Trata-se de um pequeno número de indivíduos que negam a ocorrência das alterações climáticas ou a sua natureza antropogénica. Apesar da sua falta de credibilidade científica, os ‘cépticos’ têm obtido um elevado destaque em muitos meios de comunicação social, sendo muitas vezes contrastadas as posições com as do IPCC, que regularmente revê e sumariza a investigação levada a cabo por milhares de cientistas. Boykoff & Boykoff (2004) apontam para uma norma profissional do jornalismo – a procura de equilíbrio – como a causa deste problema, em que uma tendência para dar voz às duas partes (ou seja, para o ‘50/50’) constitui, na verdade, um forte enviesamento da realidade. Por sua vez, McCright & Dunlap (2000) ressaltam o facto de os ‘cépticos’ serem especialmente pró-activos na

disseminação das suas posições, em aliança com instituições norte-americanas conservadoras e interesses ligados aos combustíveis fósseis.

Cruzando-se com questões do foro político, económico e ambiental, as alterações climáticas são objecto dos mais variados tipos de reconstrução discursiva e argumentação, e os media tornaram-se um campo de batalha em que se confrontam perspectivas, propostas e visões do mundo. Num dos primeiros estudos sobre a questão, Wilkins (1993) salientou o papel dos valores na representação mediática das alterações climáticas. Em trabalhos mais recentes, Carvalho (2005; 2007) destacou a importância do ethos ideológico (preferências, valores e visões do mundo) de cada organização mediática, demonstrando que os meios de direita mais frequentemente insistem num discurso de resistência às alterações necessárias para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. O ambiente político, económico e simbólico de cada país pode também condicionar a performance mediática. Segundo Dispensa & Brulle (2003), o tipo de governo, as estruturas económicas e os interesses industriais de cada país contribuem para explicar as diferenças internacionais na cobertura mediática das alterações mediáticas.

No entanto, há que notar que vários estudos demonstram a existência de importantes diferenças entre os media do mesmo país (e.g. Carvalho, 2005; 2007). Ereaut & Segnit (2006) consideram que a imprensa britânica se encaixa em dois 'reportórios linguísticos' principais: *alarmista* e *optimista*. O primeiro apresenta as alterações climáticas do seguinte modo: 'as awesome, terrible, immense and beyond human control. (...) It is typified by an inflated or extreme lexicon, incorporating an urgent tone and cinematic codes. It employs a quasi-religious register of death and doom, and it uses language of acceleration and irreversibility.' (p. 7) (cf. Foust & Murphy, 2009). O reportório *optimista* sugere que tudo acabará em bem e assume as seguintes formas: 'settlerdom', 'British comic nihilism', 'rhetorical scepticism', 'expert climate change denial', 'warming is good' e 'free market protection'. O *optimismo pragmático* é uma variação do reportório *optimista*. As suas formas específicas são 'establishment techno-optimism', 'non-establishment techno-optimism', 'David and Goliath', 'corporate small actions' e 'personal small actions'. No âmbito global, afirmam Ereaut & Segnit que a imagem das alterações climáticas é 'confusa' e 'contraditória' (ibid.), o que contribui negativamente para a percepção pública. Numa nota positiva, note-se que, de acordo com Ereaut (2008), entre 2006 e 2007 a linguagem da imprensa britânica sobre alterações climáticas tornou-se mais moderada, passando do 'alarmismo' para o 'alarme'.

Vários estudos sugerem que os discursos alarmistas sobre as alterações climáticas podem ter implicações indesejáveis. O exagero relativamente aos

impactos do problema ou à iminência temporal com que podem ocorrer pode conduzir a atitudes de descreditação ou de apatia. O'Neill & Nicholson-Cole (2009), por exemplo, mostraram no seu estudo empírico como as pessoas se podem sentir mais capacitadas para agir por imagens como as de uma lâmpada de baixo consumo ou de um ciclista, e menos capacitadas por imagens geradoras de sentimentos de medo, como tempestades.

3. Metodologia

No presente estudo, a análise da representação das alterações climáticas na imprensa centrou-se em quatro publicações periódicas, entre 1990 e 2007. Os meios de comunicação impressos escolhidos foram os jornais diários *Público* e *Correio da Manhã*, o semanário *Expresso* e a revista *Visão*. Estas opções resultaram de critérios relativos ao espaço de mercado ocupado por estes meios e à diversidade de linhas editoriais.

A qualidade jornalística e a influência sócio-política tornam o *Público* e o *Expresso* nos dois principais jornais de referência no panorama nacional. Com frequência, artigos aí publicados têm repercussões na agenda política nacional, bem como na agenda dos outros media. Como jornal de cariz 'popular', o *Correio da Manhã* permite analisar outros modos de representação das alterações climáticas, com públicos bem distintos dos dois primeiros jornais. Por seu lado, a *Visão* caracteriza-se por um estilo jornalístico 'leve', de leitura fácil e pelo investimento no grafismo, que procura ser apelativo e atrair diversos tipos de leitores.

O *Público* foi lançado em 1990 e é propriedade do grupo empresarial Sonae. Tem sido o jornal de referência mais lido em Portugal, tendo apenas sido suplantado pelo *Diário de Notícias* nalguns momentos. A sua audiência média entre 1996, ano a partir do qual dispomos de dados, e o primeiro trimestre de 2007, situou-se entre os 4 e 5% (Bareme Imprensa, 2007). A sua tiragem era, no primeiro trimestre de 2007, de cerca de 68000 exemplares (APCT, 2009). Para além disto, vários estudos indicam que o *Público* tem sido o site informativo mais visitado em Portugal com um número de visitantes únicos no final do período aqui analisado de 443000 (Marktest, 2006).

Propriedade do grupo multimédia Cofina desde 2000, o *Correio da Manhã* iniciou publicação em 1979. No primeiro trimestre de 2007, tinha uma tiragem de cerca de 147000 exemplares, a mais elevada entre os jornais diários não-gratuitos (APCT, 2009). Segundo o estudo Bareme Imprensa (2007), tem tido uma audiência média entre os 8 e os 11% (ligeiramente abaixo do *Jornal de Notícias*).

O *Expresso* é, das quatro, a publicação com maior antiguidade, tendo sido fundado em 1973 por Francisco Pinto Balsemão, líder histórico do Partido Social Democrata e ex-Primeiro Ministro. A *Visão* surgiu em 1993 e é, actualmente, propriedade do mesmo grupo económico, a Impresa. O *Expresso* foi, no período analisado, a publicação semanal de informação geral mais lida em Portugal com uma audiência média entre os 6 e os 11%. A *Visão* ocupou o segundo lugar na tabela das audiências com uma percentagem média entre os 3 e os 8% (Bareme Imprensa, 2007). Os dados da APCT (2009) indicam que as tiragens do *Expresso* e da *Visão* eram de cerca de 153000 e 138000 exemplares respectivamente no primeiro trimestre de 2007. Segundo a Impresa (2009a), o perfil de leitor do jornal é o seguinte: 'leitor com idade compreendida entre os 25 e os 54 anos, das classes A B C1, quadro médio e superior, residente em regiões urbanas.' A *Visão* tem, alegadamente, um perfil de leitor semelhante, sendo que a principal diferença diz respeito à idade, que é compreendida entre os 25 e os 44 anos (Impresa, 2009b).

De acordo com um estudo da Marktest (2007), o género é o principal factor que distingue os leitores de jornais e revistas, com os homens a preferirem jornais e as mulheres a escolherem predominantemente as revistas. As revistas ganham também em popularidade junto dos jovens entre os 15 e os 17 anos e dos estudantes.

Os artigos foram recolhidos através de dois procedimentos distintos. Entre 1990 e 2002, a pesquisa de artigos sobre alterações climáticas foi feita manualmente na versão impressa das publicações em momentos seleccionados, que serão descritos abaixo. Tal deveu-se ao facto de, na altura em que os artigos foram compilados, os media seleccionados só disponibilizarem a pesquisa electrónica a partir do ano de 2001 ou 2002.

A partir de 2002, foi efectuada uma pesquisa automática por palavra-chave nos arquivos electrónicos disponibilizados nos 'sites' dos jornais e revista em questão. A pesquisa dos artigos foi feita com recurso às palavras-chave 'alterações climáticas', 'aquecimento global', 'efeito de estufa' ou 'Protocolo de Quioto'. Todos os artigos que apresentassem uma ou mais destas palavras-chave foram recolhidos, tendo sido excluídos aqueles que não se referiam ao tema em análise.

A análise de imprensa centrou-se num conjunto de 12 períodos, descritos na tabela 1. Trata-se de momentos críticos na construção social das alterações climáticas, definidos pela ocorrência de acontecimentos-chave, como cimeiras políticas, eventos científicos e manifestações meteorológicas, entre outros, com o potencial de gerar um debate alargado sobre a questão e levar à definição (ou redefinição) de posições e argumentos. Para além de 'captar' o essencial da biografia das alterações climáticas, esta opção

reduziu o corpus de artigos e tornou mais exequível a sua análise. No sentido de garantir a exaustividade da recolha de artigos publicados pré- e pós-acontecimento, por um lado, e de incluir no âmbito da análise outros artigos e debates relativos às alterações climáticas que possam ter sido despoletados pelos vários acontecimentos-chave, por outro, os períodos de tempo analisados incluíram as duas semanas anteriores e as duas semanas posteriores à sua ocorrência (no caso de acontecimentos imprevisíveis foram apenas incluídas as duas semanas posteriores). Com base nos parâmetros, foram recolhidos e analisados 424 artigos.

Tabela 1. Momentos críticos na construção social das alterações climáticas e períodos analisados

| Momento crítico | Período analisado |
|--|--|
| Publicação do 1º Relatório do IPCC -Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (25 de Maio de 1990) | 11 de Maio – 8 de Junho de 1990 |
| Cimeira do Rio de Janeiro (Cimeira Mundial de Ambiente e Desenvolvimento)/assinatura da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC) (1-15 de Junho de 1992) | 18 de Maio – 29 de Junho de 1992 |
| Cimeira de Berlim – 1ª Conferência das Partes da CQNUAC (28 de Março - 7 de Abril de 1995) | 14 de Março – 21 de Abril de 1995 |
| Publicação do 2º Relatório do IPCC (6 de Junho de 1996) | 22 de Maio – 20 de Junho de 1996 |
| Cimeira de Quioto - 3ª Conferência das Partes da CQNUAC (1-10 de Dezembro de 1997) | 17 de Novembro – 24 de Dezembro de 1997 |
| Publicação do 3º Relatório do IPCC (12 de Julho de 2001) | 28 de Junho – 26 de Julho de 2001 |
| Apresentação pública do Plano Nacional de Alterações Climáticas - PNAC 2001 (18 de Dezembro de 2001) | 4 de Dezembro de 2001 – 1 de Janeiro de 2002 |
| Vaga de calor em Portugal (29 de Julho – 15 de Agosto de 2003); incêndios florestais em larga escala | 29 de Julho – 29 de Agosto de 2003 |
| Apresentação pública do Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão – PNALE 2005/2007 (17 de Março de 2004) | 3 de Março – 31 de Março de 2004 |
| Entrada em vigor do Protocolo de Quioto (16 de Fevereiro de 2005) | 2 de Fevereiro – 2 de Março de 2005 |
| Furacão Katrina (23-31 de Agosto de 2005) | 23 de Agosto – 14 de Setembro de 2005 |
| Publicação do Sumário Executivo do 4º Relatório do IPCC (2 de Fevereiro de 2007/reunião do IPCC em Paris: 29 de Janeiro – 1 de Fevereiro de 2007) | 16 de Janeiro – 16 de Fevereiro de 2007 |

De seguida, apresentam-se quatro dimensões de análise: o volume de cobertura jornalística e as tendências que daí podem ser inferidas; os actores sociais presentes nos jornais; os factores que se inferiu terem estado na origem dos textos jornalísticos, e os temas associados à representação das alterações climáticas. Posteriormente, apresentar-se-á a análise qualitativa realizada, explicando-se na respectiva secção os aspectos metodológicos relevantes.

4. Traços caracterizadores da mediatização das alterações climáticas

Nesta secção, vamos observar, de forma quantitativa, alguns elementos relativos à cobertura mediática das alterações climáticas nos quatro media impressos seleccionados para este estudo: o *Público*, o *Correio da Manhã*, o *Expresso* e a *Visão*.

4.1. Volume da cobertura mediática ao longo do tempo

Os gráficos 1 e 2 ilustram o volume de cobertura jornalística nos 12 momentos seleccionados, comparando os dois diários e as publicações semanais analisadas, respectivamente. As diferenças na atenção dedicada pela imprensa aos diferentes acontecimentos são dramáticas, indo de 0 artigos (em 1990 e 1996, no *Correio da Manhã*, por exemplo) a 55 (em 2007, no *Público*). Os gráficos permitem observar uma grande discrepância entre os níveis de cobertura nos jornais de referência e nas publicações de natureza mais popular, que têm conferido às alterações climáticas muito menos espaço.

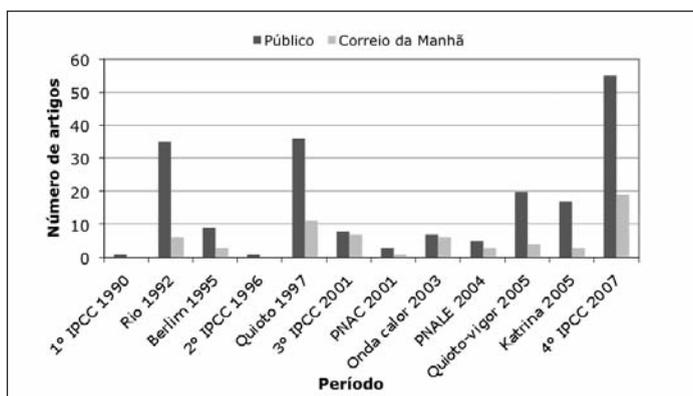


Gráfico 1. Número de artigos sobre alterações climáticas publicados no *Correio da Manhã* e no *Público*, 1990-2007.

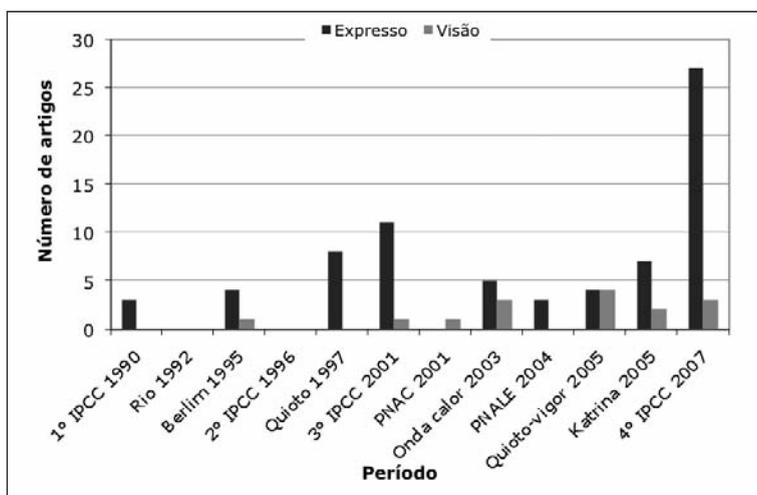


Gráfico 2. Número de artigos sobre alterações climáticas publicados no Expresso e na Visão, 1990-2007.

A análise dos gráficos permite identificar várias tendências. Em primeiro lugar, os picos de cobertura coincidem com reuniões intergovernamentais: a Cimeira Mundial de Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em Junho de 1992, onde foi assinada a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC); a terceira Conferência das Partes da CQNUAC em Quioto, em Dezembro de 1997, onde foi acordado o Protocolo de Quioto; e a Publicação do Sumário Executivo do 4º Relatório do IPCC, em Fevereiro de 2007. Estando associado a uma organização intergovernamental, este último acontecimento tem um cariz mais científico do que político e contrasta com os momentos de publicação dos três primeiros relatórios dessa mesma organização (IPCC), que foram objecto de escassa atenção mediática, o que é uma segunda tendência significativa a ressaltar. Em terceiro lugar, há que notar a fraca visibilidade alcançada pelos acontecimentos nacionais. Momentos tão importantes como as apresentações públicas do Plano Nacional de Alterações Climáticas (PNAC) em Dezembro de 2001 e do Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (PNALE) em Março de 2004 mereceram um número muito reduzido de artigos por parte de todas as publicações. Em quarto lugar, pode-se referir o facto dos acontecimentos meteorológicos extremos, como a onda de calor de 2003 e o furacão Katrina, não terem sido frequentemente relacionados com o fenómeno das alterações climáticas na imprensa, em particular na imprensa de cariz mais ‘popular’.

4.2. Temas presentes nos artigos

No sentido de ter uma visão global da distribuição de temas nos artigos analisados no período 1990-2007, foi realizada uma análise de conteúdo dos mesmos³⁸. A análise categorial temática dos artigos produziu as seguintes ‘grandes’ categorias: Política, Economia, Sociedade, Ciência e Cultura. De seguida, para cada tema criámos várias subcategorias: Política (Nacional e Internacional), Economia (Indústria/Comércio, Agricultura, Novas Tecnologias e Políticas Económicas), Sociedade (Segurança, Pobreza, Saúde, Demografia, Educação/Ensino e Outro), Ciência (Biodiversidade/Natureza, Energias Renováveis e Inovação Tecnológica, Consequências Ambientais e Outro) e Cultura (Cinema)³⁹.

Estas categorias e subcategorias basearam-se, por um lado, nos aspectos que pressupusemos que os *media* focassem para representar a problemática das alterações climáticas, e, por outro lado, nos temas que emergiram da leitura dos artigos. A construção das categorias resultou, por outras palavras, de um misto de temas elencados a priori e de temas identificados nos textos, num processo de revisão gradual, à medida que os artigos foram sendo analisados.

Uma vez que a forma de organização temática aqui seguida pode suscitar dúvidas, torna-se pertinente explicar algumas das categorias e subcategorias estabelecidas. No âmbito da Política, consideraram-se apenas aspectos gerais relacionados com a questão, por exemplo, posições de determinados partidos em relação a alguma decisão, opções tomadas por políticos ou mesmo medidas políticas de carácter geral. Em contrapartida, a subcategoria Políticas Económicas corresponde somente a medidas ou posições definidas pelos governos que digam respeito a aspectos económicos. O estabelecimento em Portugal da ecotaxa sobre os combustíveis constitui um exemplo do que foi considerado um aspecto de Políticas Económicas. No tema Economia, a subcategoria Novas Tecnologias é distinta da subcategoria Energias Renováveis e Inovação Tecnológica, pertencente ao tema Ciência. Enquanto que Novas Tecnologias diz respeito a tecnologias amigas do ambiente adoptadas, por exemplo, por empresas ou instituições, Energias Renováveis e Inovação Tecnológica está relacionada com a descoberta, utilização, vantagens e desvantagens do uso de tecnologias que protegem o ambiente. Nas Novas Tecnologias enquadra-se a adopção de

³⁸ Os resultados detalhados da análise de conteúdo podem ser consultados em Rodrigues (2008).

³⁹ A categoria Cultura e a subcategoria Cinema foram construídas, essencialmente, para organizar as referências ao documentário de Al Gore sobre alterações climáticas (*Uma Verdade Inconveniente*).

tecnologias em termos de investimentos ou no que concerne a mercados e obtenção de lucros (exemplo: a Toyota apostou no uso desta tecnologia no processo de construção de automóveis); nas Energias Renováveis e Inovação Tecnológica consideram-se aspectos, de carácter científico, relacionados com a implementação ou utilização de novas tecnologias (exemplo: vantagens da implementação de um parque eólico na serra do Caramulo). Finalmente, por Demografia entende-se efeitos das alterações climáticas na sociedade, em termos demográficos; como Consequências Ambientais consideramos efeitos da mudança climática global em termos de natureza (cheias, vagas de calor, furacões, etc).

O objectivo desta análise foi identificar e quantificar os diferentes ‘ângulos’ de representação mediática das alterações climáticas, uma vez que os temas correspondem a diversas facetas desta complexa questão. Neste campo, o registo foi efectuado do mesmo modo que o dos actores sociais, isto é, para cada artigo foram anotados todos os temas que surgiram, independentemente do número de vezes que foram focados ao longo do texto.

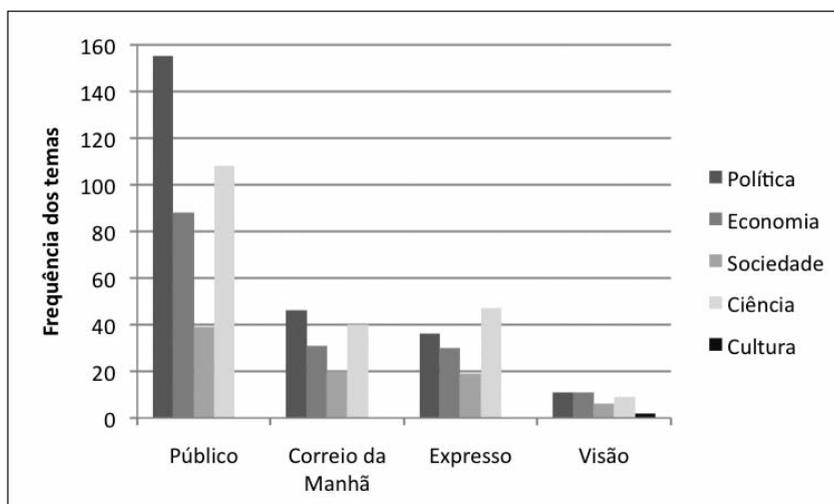


Gráfico 3: Frequência dos temas nos quatro meios de comunicação.

O gráfico 3 mostra diferenças significativas entre os quatro jornais e revista analisados. Enquanto no *Público*, a Política é claramente dominante, no *Correio da Manhã* esse tema tem apenas uma pequena vantagem sobre o tema Ciência. Este último tema é o dominante no *Expresso* e surge em segundo lugar no *Público* e *Correio da Manhã*. A Economia

ocupa o terceiro lugar em todos os media, excepto na *Visão* em que surge ex aequo com a Política como o tema mais abordado. O tema Sociedade tem menos expressão do que o que poderia ser esperado, dada a profunda inserção da questão das alterações climáticas nas sociedades. Como seria expectável, o tema Cultura é residual.

Além de registar os diferentes temas que surgiram nos artigos, considerámos relevante verificar qual o tema dominante em cada um, escolhido com base no assunto principal do artigo. Nalguns artigos, verificou-se que dois temas tinham igual importância, tendo nesse caso sido ambos considerados dominantes. O gráfico seguinte resume os resultados dessa análise.

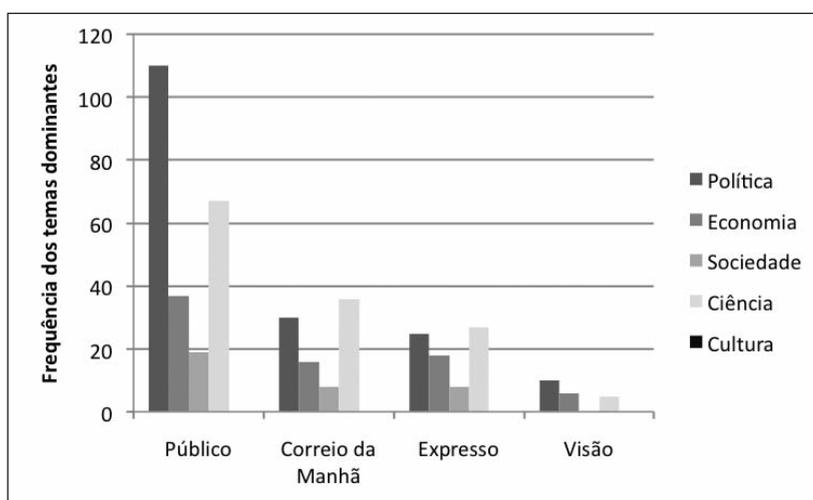


Gráfico 4: Frequência dos temas dominantes nos quatro meios de comunicação.

Enquanto tema dominante, a Política ganha, proporcionalmente, mais peso do que na análise anterior (é o tema dominante em 41% dos artigos publicados nos quatro media, sendo que quando considerados todos os temas presentes nos artigos correspondia a 35% do total). A Ciência conquista mais três pontos percentuais (32% versus 29%); de notar que no *Correio da Manhã* a Ciência ultrapassa agora a Política. Em contraste, a Economia perde algum terreno (18% versus 23%), tal como a Sociedade (8% versus 12%).

Olhemos agora para os subtemas presentes no conjunto dos media analisados.

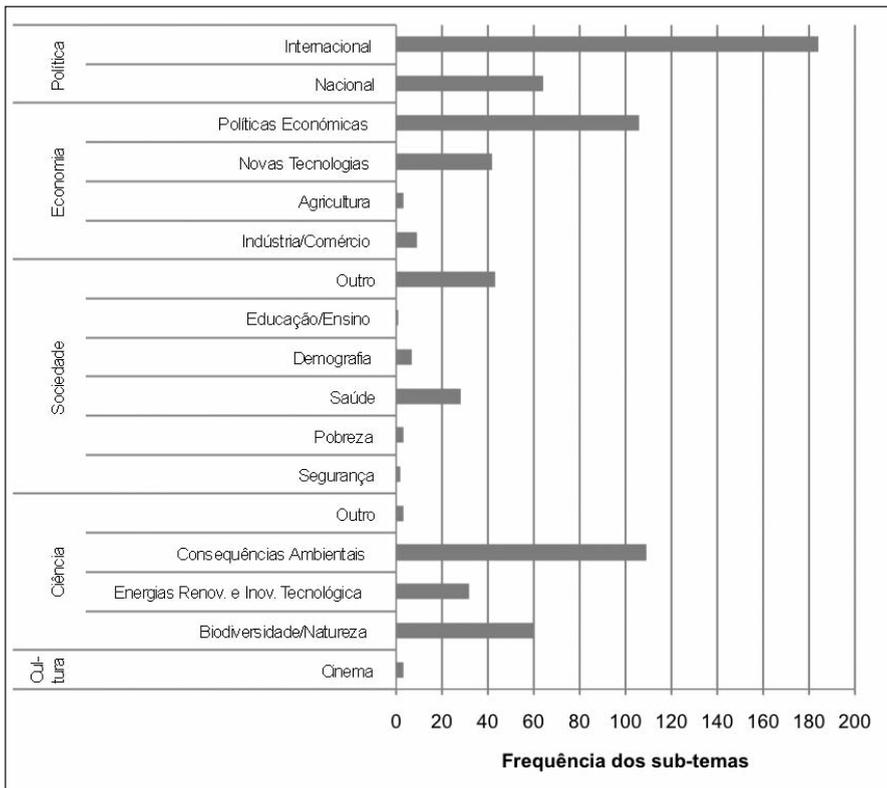


Gráfico 5: Frequência dos sub-temas nos media analisados.

O gráfico 5 revela que a Política Internacional é o sub-tema claramente maioritário no total dos artigos analisados (o que se acentua ainda mais quando atentamos nos sub-temas dominantes nos artigos – 31% versus 26% –, algo que não é apresentado detalhadamente neste capítulo por razões de espaço). Quatro dos 12 momentos críticos seleccionados para a análise relacionam-se explicitamente com este tema (Cimeiras do Rio, Berlim e Quioto, e entrada em vigor do Protocolo de Quioto). Mas tal não explica tudo, uma vez que uma análise da distribuição deste sub-tema ao longo do tempo aponta para valores muito elevados em 2001 e 2007, aquando da publicação dos 3º e 4º Relatórios do IPCC, sugerindo que há um grande enfoque político no tratamento mediático desses eventos cuja importância é essencialmente científica.

Em segundo lugar, surge o sub-tema Consequências Ambientais, que tem ligações com Biodiversidade/Natureza, também numa posição de destaque. O terceiro sub-tema mais frequente é Políticas Económicas, o

que vem reforçar ainda mais o peso das questões políticas na mediatização das alterações climáticas.

Entre os sub-temas mais ausentes dos media encontramos Indústria/Comércio, um domínio com grande responsabilidade na geração de gases com efeito de estufa (embora com um contributo menor, a Agricultura está também na origem de uma quantidade significativa destes gases e é ainda menos visível nos media).

Vários analistas têm considerado que seria importante associar mais frequentemente as alterações climáticas à área da saúde. Este sub-tema tem alguma expressão nos media impressos que examinámos mas, em contraste, a Segurança, que também é passível de grande aumento de risco com as alterações climáticas, não tem expressão. A quase total ausência de referências a Educação/Ensino, um domínio de intervenção essencial para lidar com o problema a médio e longo prazo, é também digna de nota.

4.3. Os actores sociais na imprensa

No palco dos media, tem lugar uma constante competição por visibilidade por parte de um grande número de actores sociais. Como referido acima, a questão das alterações climáticas é frequentemente objecto de pronunciamentos por uma grande variedade de instituições e indivíduos que visam a amplificação dos seus pontos de vista e a conquista de legitimidade social. As estratégias de comunicação dos vários actores (e.g. produção de comunicados de imprensa ou organização de eventos) são um factor de relevo mas o processo de selecção por parte de jornalistas e editores é, em última análise, o que determina a presença e nível de saliência dos diferentes actores sociais nos media. Tal selecção assenta numa variedade de critérios: normas profissionais, orientações organizacionais, aspectos relacionais (confiança, credibilidade percebida), etc.

A identificação das vozes presentes nos artigos analisados foi um objectivo importante deste estudo. Que actores sociais estão presentes com maior frequência nos textos jornalísticos sobre alterações climáticas? Quais os menos presentes?

Em cada artigo, foram identificados os actores sociais citados e/ou referidos. Embora existam importantes diferenças entre estas duas formas de representação discursiva (citação e referência), considerou-se que, para fins de avaliação global da visibilidade mediática dos vários actores sociais, o registo da presença dos mesmos nos textos, independentemente de se tratar de citação ou referência, seria adequado e simplificaria grandemente os procedimentos analíticos. Assim, nesta análise, não foi

tido em conta o número de vezes que cada actor social foi citado ou referido em cada artigo, ou seja, foi apenas registada a sua presença, independentemente do número de menções.

Após o registo dos actores sociais presentes nos textos jornalísticos, os mesmos foram agrupados nas seguintes categorias: Governo Central, Governo Local, Organização Internacional, Universidade/Centro de Investigação, Associação Ambiental, Empresa, Outro. O critério de agrupamento dos actores sociais foi o tipo de organização a que pertencem pois julga-se importante ponderar o poder social atribuído pelos media às diferentes entidades e instituições sociais. Os indivíduos raramente falam em nome próprio sobre a questão das alterações climáticas, tendo a maior parte das vezes uma afiliação institucional que, de alguma forma, contribui para lhes conferir um determinado estatuto ou imagem.

Nos dois gráficos seguintes, apresentam-se os resultados da análise nos quatro meios impressos que foram analisados.

O Governo Central destaca-se claramente como o actor social referido mais vezes nos artigos analisados. Deve notar-se que se optou por classificar como Governo Central todas as instâncias de decisão política a nível central, em qualquer país. Para além disso, foram também colocadas nesta categoria as referências a países quando tal consistia numa alusão metonímica à posição oficial dos mesmos (e.g. ‘O texto sobre o financiamento mereceu o acordo tanto do Japão como dos Estados Unidos...’, in Granado, 1992). Nesta categoria regista-se um elevado peso de Primeiros-Ministros e de Ministros de vários sectores.

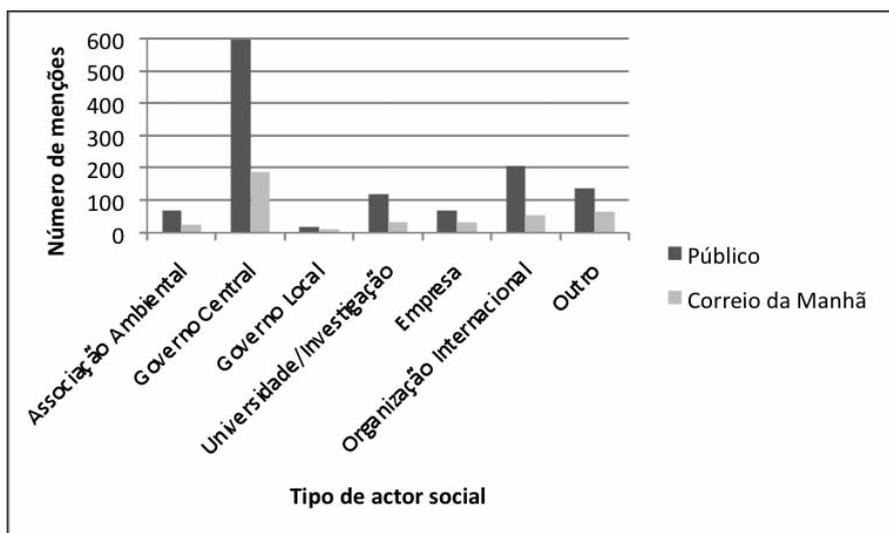


Gráfico 6: Actores sociais referidos nos artigos do *Público* e do *Correio da Manhã*.

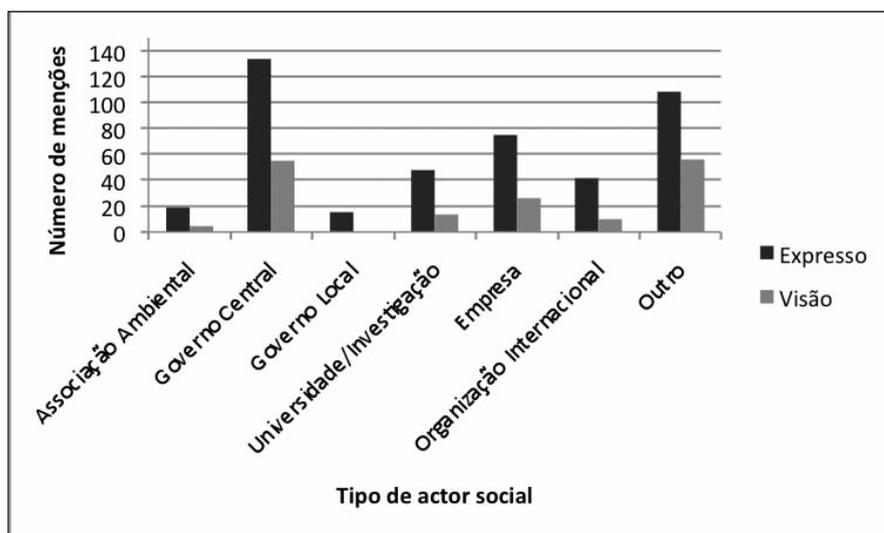


Gráfico 7: Actores sociais referidos nos artigos do *Expresso* e da *Visão*.

A enorme proporção de referências ao Governo Central é um dado muito importante que indicia uma forte politização do discurso sobre alterações climáticas e uma clara hegemonia dos governantes na reconstrução social desta questão. A selecção dos momentos críticos analisados poderá, em parte, pelo menos, explicar o predomínio do governo. No entanto, a diversidade dos acontecimentos/questões que estiveram no centro dos momentos seleccionados, bem como o facto da análise se reportar a um período alargado antes e depois dos acontecimentos, terão mitigado (embora não eliminado completamente) possíveis enviesamentos.

Exceptuando a categoria Outro, que aglutina uma grande variedade de indivíduos e entidades, a Organização Internacional é o actor social que surge em segundo lugar em termos de volume de referências. Deve salientar-se que estas organizações são quase exclusivamente de carácter intergovernamental⁴⁰, o que reforça ainda mais a importância dos Estados no discurso mediático sobre alterações climáticas.

Os actores sociais ligados à investigação científica (Universidade/Centro de Investigação) surgem na terceira posição (excluindo Outros), o que sugere que a valorização do conhecimento científico sobre alterações climáticas é bastante frequente na prática jornalística sobre o tema.

Porventura mais surpreendente é o peso das referências a Empresas, que se acentua nos períodos mais recentes da nossa análise. À medida que

⁴⁰ As organizações internacionais de carácter não-governamental que operam na área do ambiente, como a Greenpeace, foram classificadas como Associação Ambiental.

as alterações climáticas se foram ligando a questões como a energia (em particular, as energias renováveis) e os transportes, os agentes de mercado emergiram no discurso dos media e tornaram-se em importantes media-dores na (re)construção social desta problemática.

Apesar de dedicarem muita da sua acção à sensibilização e mobilização (pública e política) em torno das alterações climáticas, as Associações Ambientais obtiveram, no total dos quatro media, pouco mais de metade das referências das Empresas.

Finalmente, os actores ligados ao Governo Local (e.g. municípios e instâncias associadas) mereceram o menor número de menções nos media analisados. Apesar da importância das práticas e decisões ao nível local para a emissão de gases com efeito de estufa, os media tendem a secundarizar esta escala de governação.

Existirão diferenças importantes entre os media impressos analisados neste estudo? Embora existam algumas semelhanças, há bastantes diferenças que merecem destaque. O Governo Central é o actor social com maior visibilidade nos três jornais mas é ligeiramente ultrapassado pela categoria Outro na revista *Visão*. Tal deve-se ao facto de esta revista referir uma grande diversidade de actores sociais, incluindo cidadãos e celebridades mediáticas. Por outro lado, é de referir a diferença entre a proporção de referências ao Governo Central nos jornais diários (46-49%) e nas publicações semanais analisadas (30-33%). A proporção de referências a Universidades e Centros de Investigação é semelhante em todos os media (8-11%).

Relativamente às Organizações Internacionais, a proporção de presenças no *Público* (17%) e *Correio da Manhã* (13%) correspondem a mais do dobro da *Visão* (6%) e bastante mais do que o *Expresso* (9%).

Diferença ainda mais significativa é que se regista relativamente às Empresas. Enquanto no *Correio da Manhã* e *Público* os valores não são muito díspares (7 e 5% respectivamente), no *Expresso* e *Visão* as Empresas alcançam muito maior visibilidade relativa (17 e 16% respectivamente).

As Associações Ambientais obtêm uma proporção relativamente baixa nos quatro media impressos, embora com alguma variação (mínimo de 2% na *Visão* e máximo de 6% no *Correio da Manhã* e no *Público*). É, porém, de apontar que, se comparadas com as Empresas, as Associações Ambientais têm uma presença semelhante no *Correio da Manhã* e *Público* e claramente inferior no *Expresso* e *Visão*.

O Governo Local é o actor social com menos referências em todas as publicações.

4.4. Factores na origem dos artigos

O que motiva cobertura jornalística sobre alterações climáticas? Que tipo de acções ou iniciativas dos actores sociais dá origem a artigos jornalísticos? Para além disso, que outros acontecimentos que possam estar relacionados com as alterações climáticas captam a atenção mediática? Para responder a estas questões, procurou identificar-se, em cada artigo, o factor/acontecimento/acção que terá estado na sua origem. Foram construídas as seguintes categorias: Estudo Científico, Reunião (encontro de pequena dimensão, tal como uma reunião ministerial), Evento/Cimeira (acontecimento de nível internacional de grande dimensão, como a Cimeira do Rio de Janeiro ou a Cimeira de Bona), Conferência de Imprensa, Entrevista, Declaração/Discurso, Decisão/Proposta Política, Fenómeno Meteorológico, Sondagem, Manifestação e Outro/Desconhecido (artigos que tiveram na origem factores que não correspondem às restantes categorias ou que não foi possível identificar). À partida, estas categorias parecem não ser mutuamente exclusivas uma vez que, por exemplo, uma decisão política pode ser apresentada numa conferência de imprensa. O princípio que orientou a nossa classificação foi o de privilegiar os eventos sobre os temas ou questões a que eles se referem. O que está em causa aqui é o tipo de ocorrência, acção ou acontecimento que possa ter estimulado a publicação de um determinado artigo. Assim, no exemplo anterior, a classificação seria, naturalmente, como ‘Conferência de Imprensa’. No entanto, se um artigo se referisse a uma decisão política sem que tivesse havido outra forma de acção mais imediata, ou especificamente dirigida aos media, para a anunciar, a classificação seria como ‘Decisão/Proposta Política’.

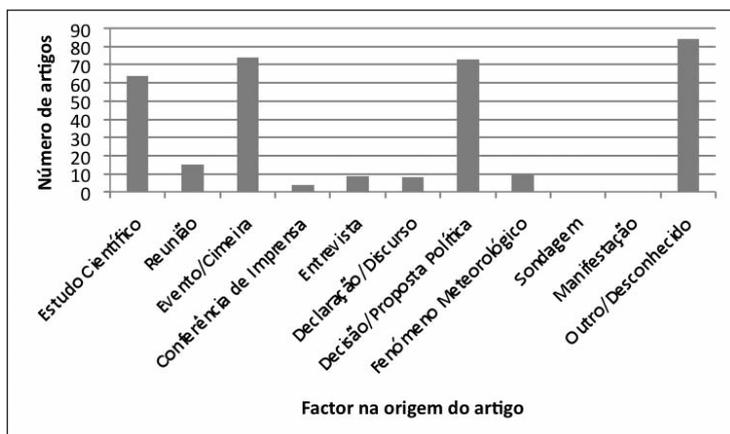


Gráfico 8: Factores na origem dos artigos jornalísticos.

A análise permite concluir que três factores se destacam claramente de todos os outros: Evento/Cimeira, Decisão/Proposta Política e Estudo Científico⁴¹. Vários aspectos, tanto ligados à natureza destes acontecimentos como às lógicas de produção mediática, terão concomitantemente contribuído para que Evento/Cimeira fosse o factor que motivou o maior número de artigos jornalísticos. Por um lado, a questão das alterações climáticas tem estado associada a várias cimeiras políticas com participação de chefes de Estado ou de Governo e a importância política destes eventos na procura de consensos para responder ao problema não pode ser subestimada pelo que seria, de alguma forma, expectável a atenção que lhes foi dada pelos media. Por outro lado, este tipo de acontecimentos são, em muitos aspectos, apetecíveis para os media pois vão de encontro a valores-notícia como o estatuto dos indivíduos envolvidos e o impacto social (potencial). São, também, acontecimentos cuja cobertura mediática é relativamente fácil, dada a concentração de actores políticos no espaço e no tempo e a grande quantidade de materiais produzidos pelas mais variadas fontes. O envio de correspondentes a estes eventos tende a dar origem a um volume de artigos relativamente elevado, uma vez que os media procuram ‘rentabilizar’ tal investimento. Para além de tudo isto, podemos presumir que os momentos críticos seleccionados terão contribuído para os resultados obtidos; contudo, tal contributo deve ser relativizado dado que apenas três desses momentos estiveram centrados em cimeiras internacionais (Rio, Berlim e Quioto) e dado que o período de recolha dos artigos em torno de cada momento crítico foi alargado (duas semanas antes e duas semanas depois).

Vários aspectos apontados acima sobre a cobertura mediática de cimeiras políticas serão também válidos relativamente ao factor Decisão/Proposta política, que surge quase ao mesmo nível. O peso do conjunto Evento/Cimeira e Decisão/Proposta política como determinantes de artigos jornalísticos é, tal como outras dimensões da nossa análise, indicativo da dominação do discurso sobre alterações climáticas por parte da esfera política.

A selecção dos momentos analisados poderá também explicar parcialmente a proporção de artigos que têm o Estudo científico como origem, já que quatro momentos-chave coincidem com a publicação de relatórios do IPCC. De qualquer modo, a investigação sobre alterações climáticas foi, historicamente, o motor desencadeador do debate social sobre o assunto e continua a ser central para o delineamento de acções face ao problema, não sendo portanto inesperada a atenção dada a esta dimensão do problema.

⁴¹ Como é visível no gráfico 5, a categoria Outro, aglutinando os artigos cujo factor de origem não foi possível identificar bem como aqueles que tiveram na sua origem factores não contemplados nas outras categorias, obteve também uma frequência elevada.

Apesar de dois dos momentos seleccionados se centrarem em Fenómenos Meteorológicos, nomeadamente a vaga de calor de 2003 e o furacão Katrina, esta categoria obteve valores bastante reduzidos, o que sugere que, tal como os cientistas recomendam, os jornalistas portugueses tendem a evitar associar manifestações climatéricas particulares ao problema das alterações climáticas.

Na análise dos factores que motivam cobertura mediática, deve ser ressaltada a quase ausência de factores associados às posições e perspectivas dos cidadãos, como as Sondagens, ou à sua iniciativa, como Manifestações.

5. O discurso jornalístico em momentos críticos recentes

Como é definida a questão das alterações climáticas na comunicação social portuguesa? Que riscos lhe são associados? Que formas de gestão do problema são privilegiadas? A quem é atribuída a responsabilidade pela acção? No sentido de responder a estas questões e compreender os significados das alterações climáticas que circulam nos media, procedeu-se à análise qualitativa dos textos jornalísticos publicados num conjunto de momentos recentes que foram (ou tinham o potencial para ser) críticos para a questão.

A abordagem escolhida inscreve-se na linha da Análise Crítica de Discurso (Carvalho, 2008; Fairclough, 1995; Richardson, 2007) e procura ter em conta não apenas os textos em si mas também os contextos sócio-político-culturais em que foram produzidos e ‘consumidos’. Foram considerados os seguintes aspectos: estrutura do texto (e.g., o que foi escolhido para o título e para o primeiro parágrafo); temas ou objectos do discurso (que aspecto, ângulo ou dimensão das alterações climáticas é privilegiado); actores (que actores sociais estão presentes nos textos e quais são os seus papéis); linguagem, sintaxe e retórica (e.g., terminologia, figuras de estilo). Foram também analisadas as estratégias discursivas presentes nos textos (i.e., o modo como a realidade é discursivamente construída por parte do jornalista e/ou de determinados actores sociais no sentido de alcançar um determinado efeito ou objectivo), e procurou-se identificar os valores, preferências e visões do mundo (ou, de um modo mais geral, as ideologias) expressas na imprensa. Para além da análise de cada artigo, fez-se uma análise comparativa dos vários meios de comunicação, o que contribuiu para o reconhecimento de modos alternativos de representação da realidade. Devido a limitações de espaço, só se poderá aqui dar conta desta análise de um modo muito sumário.

No curso da análise procurou-se mapear os discursos dominantes na imprensa. As principais dimensões consideradas foram o risco e a

responsabilidade associadas às alterações climáticas. Para este efeito foram consideradas as tipificações propostas por Ereaut & Segnit (2006), descrita anteriormente neste capítulo, e por Dryzek (1997), apresentada no capítulo 3 e retomada abaixo.

Dryzek aponta nove discursos-tipo relativamente à responsabilidade e acção face aos problemas ambientais. O *sobrevivencialismo* emergiu nos anos 70 do século XX e assenta na ideia da existência de limites nos recursos planetários e portanto, também, na ideia de limites ao crescimento. O seu oposto é designado por Dryzek como *prometeísmo* e funda-se na crença de que, tal como Prometeu, os seres humanos são capazes de alcançar progresso e crescimento económico sem fim. Dryzek identifica três tipos de discursos reformistas orientados para a resolução de problemas: a *racionalidade administrativa*, um discurso que torna o Estado e os peritos técnicos nos principais agentes de resolução de problemas; o *pragmatismo democrático*, que crê na mobilização dos cidadãos e de grupos sociais e na sua influência sobre os processos de decisão política; e a *racionalidade económica*, que privilegia as forças de mercado na resposta a problemas ambientais. Na sua tipologia, Dryzek distingue dois discursos de sustentabilidade: *desenvolvimento sustentável* e *modernização ecológica*. Ambos os discursos procuram integrar protecção ambiental, crescimento económico e justiça social, salvaguardando os direitos das futuras gerações. O discurso da *modernização ecológica* vai mais além, defendendo a ideia de que a política ‘verde’ e a tecnologia ‘verde’ podem gerar riqueza, ou seja, ganhos em duas frentes. Por fim, Dryzek aponta dois discursos que advogam mudanças radicais na forma como lidamos com os problemas ambientais: *romantismo verde* e *racionalidade verde*. O primeiro apela a uma mudança na consciência humana e o segundo considera que os problemas ambientais só serão resolvidos através de transformações estruturais e de uma política substancialmente diferente. A análise de Dryzek (1997) é um ponto de partida útil para mapear os discursos sobre política ambiental e será tida em conta na análise dos discursos jornalísticos portugueses sobre alterações climáticas.

Os momentos-chave seleccionados para análise foram os seguintes: a vaga de calor que ocorreu em Portugal entre 29 de Julho e 15 de Agosto de 2003; a apresentação pública do Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (PNALE) 2005/2007 a 17 de Março de 2004; a entrada em vigor do Protocolo de Quioto a 16 de Fevereiro de 2005; e a publicação do Sumário Executivo do 4º Relatório do IPCC a 2 de Fevereiro de 2007. Com estas escolhas, procurou-se ter uma diversidade de acontecimentos recentes com relevância nacional e internacional. A análise centrou-se nos artigos que dizem respeito ao acontecimento considerado crítico (e não em todos os

artigos publicados nos períodos de duas a quatro semanas que foram tidos em conta na análise quantitativa). Todos os géneros jornalísticos foram incluídos: notícias, notas editoriais, artigos de opinião, etc. Passaremos de seguida à análise do discurso jornalístico em cada momento.

5.1. A cobertura da onda de calor de 2003

Em Agosto de 2003, a Europa assistiu, durante cerca de duas semanas, a uma das ondas de calor mais graves alguma vez ocorridas desde que há registos. Nesse período, no conjunto de países afectados, ocorreram mais de 30000 mortes em excesso face aos dados habituais (mais de 2000 em Portugal) (UNEP, s/d). As elevadas temperaturas contribuíram também para a propagação de incêndios florestais em larga escala que, em Portugal, totalizaram uma área de 425000 hectares.

Num artigo de 10 de Agosto de 2003, o *Correio da Manhã* sugeriu que a onda de calor poderia estar relacionada com as alterações climáticas globais. O jornal entrevistou vários cientistas sobre esta questão mas parece não ter ‘forçado a prova’. Referiu-se à onda de calor como podendo constituir um ‘sinal de que a alteração climática está em curso’ (Ramos, 2003b), nas palavras de um cientista. Em busca de confirmação da ligação entre este evento meteorológico e as alterações climáticas, o jornal colocou também a questão ao Secretário de Estado do Ambiente: ‘Parece-lhe existir já sinal de mudança climática?’. A sua resposta foi muito mais assertiva do que a dos investigadores:

‘Sim. Com efeito, os fenómenos que se têm vindo a observar (...) são absolutamente anormais. Poderão ser um sinal claro de que o aquecimento global induzido pela intervenção humana está a processar-se de forma mais rápida e mais forte do que o previsto pelos estudos apresentados no último relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas’ (Ramos, 2003c).

A revista *Visão* citou Filipe Duarte Santos e Carlos da Câmara, o vice-presidente do Instituto de Meteorologia, para sugerir uma relação causal entre o efeito de estufa e a onda de calor (Sá, 2003). Apesar das palavras dos cientistas que foram reproduzidas na revista não atribuírem a onda de calor às alterações climáticas, os excertos seleccionados e a sua justaposição criaram a implicação lógica de que os dois factores estavam relacionados. A *Visão* publicou um longo artigo sobre os impactos do calor nas vidas das pessoas, que incluía os seus nomes, estórias pessoais e estratégias para

lidar com o problema, tal como atirar-se para o rio vestido (Oliveira, Ruela & Sá, 2003). Tais retratos da realidade social fazem parte de uma estratégia de indução de empatia que é comumente utilizada pela imprensa popular. Apesar de ter objectivos essencialmente comerciais, pode também considerar-se que tem efeitos sociais significativos de natureza disciplinar (e.g. aceitação do sofrimento porque os outros sofrem também). Uma ‘caixa’ associada a este artigo apresentava uma mensagem alarmista. Sob o título ‘Futuro negro’, podia ler-se o seguinte:

‘Os últimos 15 dias (...) podem ter sido um aviso à navegação: o fim deste século será uma versão ampliada deste sufoco. Nos cenários previstos no projecto SIAM (...), as ondas de calor podem durar 20 dias consecutivos na costa e chegar aos dois meses no Interior Sul. Com o aumento da temperatura média no Verão superior a cinco graus e a diminuição das chuvas, o risco meteorológico de incêndio aumenta cerca de cinco vezes. (...) Salve-se quem puder.’

A imprensa popular é frequentemente acusada de simplificações excessivas, exageros e distorções do conhecimento científico (cf. Bell, 1994). Na nossa análise emergiu uma imagem mais complexa. Tanto o *Correio da Manhã* como a *Visão* apelaram à autoridade científica na medida em que citaram vários cientistas; com efeito, mais do que o *Expresso* neste período. Num artigo, o *Correio da Manhã* referiu-se a ‘diferentes modelos de simulação de evolução do clima’ (Ramos, 2003a), reconhecendo, assim, a não-unicidade do conhecimento. Contudo, o conhecimento científico foi, de facto, distorcido nalguns casos e foi possível detectar erros, o que, possivelmente, contribui para confundir os cidadãos relativamente às alterações climáticas. Por exemplo, em vários artigos da *Visão* há confusão entre tempo e clima: o título de um artigo sobre a onda de calor era ‘Clima: Um calor de loucos’ (Oliveira, Ruela & Sá, 2003)⁴². A análise de discurso conduziu a uma conclusão diferente da análise quantitativa relativamente à relação entre a onda de calor e as alterações climáticas que foi construída por estes media.

Num dos seus artigos sobre a onda de calor, o *Público* apresentou uma visão geral do conhecimento sobre as alterações climáticas utilizando uma linguagem contida próxima da que é característica da ciência. Fazia-se aí menção ao facto de que os cientistas ‘evitam concluir que o que está a acontecer é já uma prova irrefutável das alterações climáticas’ (*Público*, 2003). Enquanto o título afirmava que a ‘Onda de calor não prova alterações climáticas’, a probabilidade de eventos semelhantes se tornarem mais frequentes era enfatizada na legenda de uma fotografia de jovens a

⁴² Uma confusão semelhante estava presente noutro artigo (Sá, 2003).

refrescarem-se numa fonte: ‘O que se está a viver é uma amostra do que espera o planeta num cenário de alterações climáticas’. A associação entre a onda de calor e os cenários do projecto SIAM foi também mencionada noutro artigo (Garcia, 2003).

O *Expresso* estabeleceu uma relação entre a onda de calor e as alterações climáticas com um elevado grau de certeza: ‘O calor anormal vivido é já uma consequência das alterações climáticas sentidas no planeta.’ (*Expresso*, 2003a). Porém, noutro artigo o jornal referiu-se às alterações climáticas como uma ‘teoria’ (e, portanto, algo por provar) e interpretou de forma acrítica os seus potenciais impactos como sendo positivos em termos de acesso a recursos naturais: ‘a pesquisa (...) revela também um aspecto positivo na diminuição da área gelada. A Noruega e a Rússia acreditam que o mar de Barents pode ser uma região promissora para a exploração de petróleo e gás, que se tornará mais fácil sem o gelo hoje existente na região’ (*Expresso*, 2003b).

Este momento crítico tinha todos os ingredientes para potencialmente induzir uma leitura alarmista das alterações climáticas: calor extremo, incêndios florestais em larga escala e um número muito elevado de mortes associadas ao calor. Contudo, a imprensa não estabeleceu uma associação entre o aumento de óbitos e as alterações climáticas. De modo geral, apesar de termos encontrado um exemplo de alarmismo, não podemos afirmar que a representação predominante destes acontecimentos tenha sido de natureza fatalista.

Neste período, as reflexões sobre como responder ao problema das alterações climáticas estão ausentes da imprensa. Assim, as discursos elencados por Dryzek não têm aplicação, excepto o caso de um artigo do *Correio da Manhã* sobre a possibilidade de uma taxa do carbono onde se promove a confiança em medidas regulatórias pela voz do Secretario de Estado do Ambiente – um claro exemplo de *racionalidade administrativa*.

5.2. Representações das responsabilidades nacionais e do papel da indústria

O segundo momento analisado coincide com a apresentação pública do Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (PNALE) a 17 de Março de 2004. O PNALE é um documento crítico porque determinou os níveis de emissões que o Estado permitiu que as empresas usufruíssem gratuitamente (i.e., sem comprar direitos de emissões). No entanto, gerou um nível muito baixo de atenção por parte dos media.

O *Correio da Manhã* publicou apenas um artigo sobre o assunto, que apresentava alguns eivos de *racionalidade administrativa* mas dava prioridade à competitividade das empresas:

“Portugal não avançará sozinho na introdução de ecotaxas”, afirmou ontem o secretário de Estado do Ambiente durante a apresentação do [PNALE]. José Eduardo Martins disse que Portugal tem por objectivo cumprir os objectivos do Protocolo de Kyoto, mas não irá tomar medidas que prejudiquem a competitividades das suas empresas.’ (Ganhão, 2004).

Pode-se identificar simpatia por esta decisão política no título do artigo: ‘Governo trava ecotaxas’.

No *Público*, o PNALE foi objecto de dois artigos. Com o título ‘Governo permite aumento das emissões poluentes até 2008’ (Garcia, 2004), um deles representava um discurso muito diferente do do *Correio da Manhã*. Tratava-se de uma perspectiva crítica da permissividade do governo onde o lead destacava o facto das licenças atribuídas superarem as reivindicações da Confederação da Indústria Portuguesa. O artigo recordava que Portugal já tinha ultrapassado o seu compromisso no âmbito do Protocolo de Quioto e necessitava de reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa. O artigo fazia também referência à crítica que o PNALE recebeu de organizações ambientais. O outro artigo intitulava-se ‘EDP defende que o plano tem custos’ (*Público*, 2004) e apresentava a perspectiva da empresa pública de electricidade sobre os custos financeiros da implementação do PNALE.

Enquanto um jornal escolheu destacar uma visão do interesse nacional associada à competitividade empresarial e ao livre mercado, revelando uma preferência por valores associados à *racionalidade económica* de Dryzek, o outro comunicou uma preferência por uma regulação governamental mais estrita.

O *Expresso* dedicou ao PNALE apenas uma pequena nota na secção de Economia, que realçava o ‘bónus nas emissões’ (título) numa altura em que Portugal já estava ‘em derrapagem’ (*Expresso*, 2004).

A *Visão* não publicou nenhum artigo sobre o PNALE.

5.3. Interpretações da entrada em vigor do Protocolo de Quioto

A entrada em vigor do Protocolo de Quioto a 16 de Fevereiro de 2005 era um momento potencialmente significativo para os media levantarem questões como as seguintes: Qual a importância do Protocolo de Quioto? Que desafios coloca? Que implicações tem para Portugal?

A 17 de Fevereiro de 2005, o *Correio da Manhã* relatou as críticas feitas pelos líderes do Bloco de Esquerda relativamente ao desempenho ambiental de algumas das maiores empresas portuguesas (Gonçalves, 2005).

Trata-se de um exemplo de uma prática rara: a denúncia da responsabilidade empresarial por parte dos media. No entanto, o título do artigo – ‘Protocolo de Quioto atacado em Setúbal’ – é enganador e incorrecto. Tratara-se da violação do Protocolo – e não o Protocolo em si – o que fora ‘atacado’. Numa peça sobre a retirada dos EUA do Protocolo de Quioto, o *Correio da Manhã* apelidou os gases com efeito de estufa várias vezes de ‘gases poluentes’ e os países que emitem níveis mais elevados de gases com efeito de estufa de ‘países mais poluidores’ (e.g. B.C.M., 2005). Estas opções lexicais, que também se encontram em artigos da *Visão* (e.g. Ribeiro, 2005a), indicam que as alterações climáticas são construídas socialmente no contexto do quadro mental familiar (e bastante vago) da ‘poluição’, algo que pode, por si, ter implicações significativas para a compreensão pública da questão (cf. Bickerstaff & Walker, 2001).

O artigo principal da *Visão* sobre Quioto, ‘Aí está ele!’ (Ribeiro, 2005a), foi escrito num estilo popular e pontuado de ironia e sarcasmo relativamente ao Protocolo, a sua implementação e o seu impacto. Outra peça, ‘O elo mais fraco’ (Ribeiro, 2005b), criticava a performance ambiental de Portugal argumentando que enquanto o país estava longe de cumprir as suas obrigações, as alterações climáticas já se faziam sentir aí. Estes são exemplos de algum cepticismo relativamente às respostas políticas ao problema. Representam o oposto daquilo a que Ereaut & Segnit (2006) chamaram ‘optimismo relativamente ao sistema’.

O *Expresso* também lançou um olhar crítico sobre a situação de Portugal face à entrada em vigor do Protocolo de Quioto. Usando várias vozes, incluindo várias Organizações Não-Governamentais, um artigo intitulado ‘Quioto por cumprir’ (Tomás, 2005) chamava a atenção para o facto de Portugal estar a afastar-se seriamente dos seus objectivos e argumentava que os planos políticos para reduzir as emissões precisavam de ser urgentemente implementados. O tom era também pessimista numa peça na revista *Única* do *Expresso* de 18 de Fevereiro de 2005: ‘É muito difícil encontrar sinais de esperança nas políticas ambientais em Portugal’ (*Expresso*, 2005). Nestas representações mediáticas, o Estado é visto como o culpado pelos problemas mas é também o actor social que múltiplas vozes clamam que tem que actuar. Em contraste, uma peça na secção de Economia do jornal transmitia uma perspectiva tecno-gestionária do carbono e da ‘economia do carbono’. Aí, tudo se tratava de lucros, custos, ganhos, e empresas (P.L., 2005).

A edição de 16 de Fevereiro de 2005 do *Público* continha quatro artigos sobre alterações climáticas e o Protocolo de Quioto. O artigo principal referia-se à política internacional das alterações climáticas e a dificuldades em chegar a acordo relativamente ao Protocolo (Fernandes & Garcia, 2005). Uma nota no jornal recordava os dias tensos da Cimeira de Quioto,

em 1997, quando o Protocolo fora forjado (Fernandes, 2005a) e reforçava esta ideia; outra peça, em formato de perguntas e respostas, oferecia uma síntese didáctica do que estava em jogo (Fernandes, 2005c).

Ricardo Garcia (2005b) fez uma análise geral da implementação do plano português para as alterações climáticas. Examinando vários sectores, dos transportes às fontes de energia, da floresta à eficiência energética, traçou uma perspectiva negra da situação. Esta era também a mensagem na capa do jornal onde o título era: ‘Protocolo de Quioto em vigor, mas Portugal longe das metas’. Um artigo da edição do dia seguinte, intitulado ‘Portugal poderá estar mais longe de cumprir Quioto do que se previa’ (Garcia, 2005c), ia na mesma linha. Uns dias antes, a decisão da União Europeia de não definir novas metas quantitativas para as suas emissões e de optar por uma abordagem de esperar para ver foi também vista de modo crítico com a inclusão de comentários por Organizações Não-Governamentais como a Greenpeace (Garcia, 2005a).

A 17 de Fevereiro de 2005, duas peças centravam-se em questões inter-governamentais. Enquanto uma se referia às limitações de Quioto face às reduções necessárias para responder às alterações climáticas e mapeava as resistências e infracções com uma análise das posições da China, dos EUA e de outros países (Fernandes, 2005b), a segunda, intitulada ‘Dois passos difíceis’ (Garcia, 2005d), identificava os principais desafios enfrentados pela ‘comunidade internacional’: atingir os objectivos assumidos no âmbito do Protocolo de Quioto e alcançar um acordo pós-Quito. As alterações climáticas eram aqui novamente perspectivadas como uma questão de política internacional.

Neste período, as representações das alterações climáticas nos quatro media analisados tinham algumas semelhanças. Não é, porventura, surpreendente que todos escolheram enfatizar a política internacional associada ao Protocolo de Quioto, bem como a retirada dos EUA do processo e as dificuldades envolvidas em alcançar consenso. Em vários artigos, o Protocolo surgiu como um passo positivo mas encontraram-se também reservas e dúvidas. Como tal, não se pode falar de optimismo generalizado. Todas as publicações se referiram ao desempenho de Portugal relativamente aos objectivos de emissões de gases com efeito de estufa e veicularam uma perspectiva negativa. O *Público* produziu a análise mais detalhada desta questão.

5.4. Leituras do estado do conhecimento e projecções para o futuro

O 4º relatório do IPCC foi preparado por mais de 600 autores de 40 países e revisto por um número idêntico de cientistas, bem como por governos. O Grupo de Trabalho I (GT I) do IPCC produziu uma síntese do

estado do conhecimento científico sobre as causas das alterações climáticas e as projecções para o futuro. O Sumário Executivo da parte do relatório relativa ao GT I foi meticulosamente discutido e acordado linha a linha pelos representantes de 113 governos num encontro em Paris e apresentado publicamente a 2 de Fevereiro de 2007.

Neste momento crítico, vários artigos do *Correio da Manhã* aproximaram-se de um discurso *alarmista* na medida em que colocaram a tónica no risco (e nas ameaças) associadas às alterações climáticas. O léxico e as metáforas presentes nalguns textos apresentavam uma forte carga emocional e passavam a ideia de que estavam eminentes eventos negativos: ‘A caminho do desastre climático’ (I. Ramos, 2007); ‘Clima virado do avesso’ (D. Ramos, 2007); ‘Terra ameaçada pelo aquecimento’ (A.P./F.J.G., 2007); ‘Água ameaça Portugal’ (Saramago, 2007a). A mensagem de um artigo era particularmente desmoralizadora:

‘Os especialistas dizem que o planeta Terra chegou ao ponto de não retorno. Isto significa que, mesmo com toda a boa vontade dos países mais desenvolvidos do Mundo, principais responsáveis pela emissão de gases com efeito de estufa para a atmosfera, as alterações climáticas e as catástrofes ambientais são uma realidade prestes a acontecer.’ (A.P./F.J.G., 2007).

Apesar de tudo, eram relativamente raros os artigos que sugeriam que já era ‘demasiado tarde’ e que não valeria a pena agir. Por exemplo, num artigo intitulado ‘A caminho do desastre climático’, a jornalista escreveu que: ‘Já resta pouco tempo para ser possível travar o processo.’ (I. Ramos, 2007). Isto é um reconhecimento da urgente necessidade de acção e não da inutilidade da acção. No entanto, o título pode ser considerado alarmista – a expressão adverbial ‘a caminho de’ coloca um sujeito indeterminado (presumivelmente o planeta e todos os seus habitantes) em direcção ao ‘desastre’. Há um elevado nível de fatalismo nesta construção discursiva.

Para colocar a nossa análise em perspectiva, deve notar-se que os artigos que se encaixavam, de algum modo, no discurso *alarmista* eram apenas quatro dos 18 artigos sobre alterações climáticas publicados neste período.⁴³ Em muitos artigos não houve uma tomada de posição clara por um discurso dominado pelo medo ou pela esperança. Porém, em vários

⁴³ Um outro artigo continha alguns elementos do discurso alarmista – ‘Políticos não antevêm dimensão da catástrofe’ (Azenha, 2007) – mas também alguma esperança na resolução do problema. Sob o título ‘Escândalo atinge aquecimento global’ (Saramago, 2007b), típico de um jornal popular, o *Correio da Manhã* publicou uma peça a 3 de Fevereiro de 2007 que incluía referências a ‘provas distorcidas’ pelo IPCC para evitar alarmismo; a um ‘clima de suspeita’ entre os delegados da ONU na reunião de Paris; e a acusação de que os membros do IPCC teriam ‘ced[ido] a pressões’ para transmitir uma imagem menos dramática do conhecimento sobre alterações climáticas.

estava claramente presente o *optimismo* face à capacidade do *sistema* de lidar com a situação (Cotrim/Lusa, 2007; Queiroz, 2007).

A *Visão* não publicou quaisquer artigos sobre o relatório do IPCC. A 15 de Fevereiro publicou vários artigos sobre automóveis híbridos. Como seria expectável, eram feitas várias referências a emissões de dióxido de carbono mas o enfoque principal ia para o facto de ser ‘moda’ possuir estes carros, que muitas pessoas ‘famosas’ conduziam (Montez, 2007). Adquirir estes carros era apresentado como a solução para as alterações climáticas: um claro exemplo de *tecno-optimismo* associado a *acções individuais*.

O *Expresso* dedicou todo o mês de Fevereiro de 2007 ao ambiente. Na sua edição de 3 de Fevereiro, publicou 15 artigos que faziam menção à questão das alterações climáticas. Vários artigos centravam-se em temas de política intergovernamental (e.g., Cardoso, 2007; Gautrat, 2007) enquanto outros se referiam a temas específicos como o processamento de lixo, uma exposição artística com preocupações ambientais e o plano de várias instituições de compensarem as suas emissões de gases com efeito de estufa, do concerto Rock in Rio ao próprio *Expresso*. Estes artigos eram de vários géneros, do editorial ao texto humorístico. A sua principal importância reside no facto de denotarem um alargamento na análise das fontes de emissões de gases com efeito de estufa e dos significados das alterações climáticas, bem como alguma reflexividade.

O título do principal artigo do *Expresso* sobre o 4º relatório do IPCC, ‘As alterações climáticas têm causa humana’ (*Expresso*, 2007a), é uma curiosidade jornalística na medida em que transmitia uma mensagem que não era notícia. A natureza antropogénica das alterações climáticas tinha sido afirmada com um grau de confiança crescente desde o 2º Relatório do IPCC em 1996. Como tal, pode-se imaginar que a escolha desse título esteja associada a uma cultura de relativo cepticismo relativamente às alterações climáticas neste jornal.

Uma nota editorial na mesma edição justificava o destaque dado ao ambiente e às alterações climáticas dizendo que se tratava de matérias importantes que mereciam atenção, apesar de ‘[n]ão sabe[r]mos até que ponto a actividade dos seres humanos contribui para [o aquecimento global] - e não interessa discutir as culpas’ (*Expresso*, 2007b). O jornal optou por um discurso de *pragmatismo* e *moderação*:

‘O *Expresso* não pretende doutrinar ou conduzir a opinião dos seus leitores. (...) Não pretendemos voltar à idade da pedra, não utilizar energia ou proibir os automóveis e as indústrias poluentes, mas sabemos que, se cada um de nós e se cada uma das empresas tiver um pouco mais de cuidado, viveremos melhor o nosso futuro.’ (ibid.).

Os cenários do IPCC sugerem que esta aposta em *pequenos passos* é insuficiente para responder às alterações climáticas. Este discurso é típico de um período histórico em que a protecção ambiental se tornou ‘mainstream’ e a oposição à mesma não é socialmente aceitável. Exemplifica poderosas formas de resistência que prevalecem relativamente às transformações sociais que são necessárias para enfrentar a crise ambiental.

Num artigo de opinião com o título ‘Uma discussão acalorada’ (Coutinho, 2007), encontrava-se outra forma de negar a necessidade de mudança. O autor recorria aí a uma estratégia de desacreditação daqueles que clamam por acção relativamente às alterações climáticas. O excerto seguinte ilustra algumas das escolhas lexicais e das metáforas empregues neste tipo de retórica: ‘Na *conversa do clima*, que ganhou entre os modernos um *estatuto sagrado*, o que impressiona não são apenas os *impulsos anticapitalistas* da maioria da *tribo*. O que impressiona é a velha ideia iluminista de que o *mundo é redenhável por exclusiva acção humana*.’ (nosso itálico).

O terreno discursivo do *Expresso* é complexo. Abarca múltiplos discursos e formas de perspectivação. A 3 de Fevereiro, o jornal publicou ‘O risco e o desafio’, um editorial redigido pelo líder do projecto SIAM, Filipe Duarte Santos (2007), a convite do *Expresso*. Santos explicava aí o que estava em jogo e apresentava a mitigação dos gases com efeito de estufa e a adaptação às alterações climáticas como duas formas possíveis de responder ao problema. A investigação e o desenvolvimento de energias renováveis e de tecnologias de captura e sequestro de CO₂ eram apresentadas como a solução para um mundo sustentável. Um discurso de *optimismo tecnológico* como este é particularmente poderoso quando tem origem no campo da ciência, cuja legitimidade social e política é considerável. Noutras peças as alterações climáticas eram vistas à luz do discurso de *racionalidade económica*; por exemplo, Tomás e Franco (2007) privilegiaram questões associadas ao mercado de carbono, transacções, flutuações de preço e afins, e representaram Quioto como um fardo financeiro.

Na edição de 3 de Fevereiro de 2007 do *Público* encontravam-se sete artigos sobre alterações climáticas. Citando vários cientistas ligados ao IPCC, o principal artigo sobre o 4º Relatório enfatizava o aumento de confiança nas teorias científicas sobre a natureza antropogénica das alterações climáticas e nas projecções de impactos futuros (Garcia, 2007). A perspectivação da questão era aqui mais próxima da ciência do que nos relatos dos outros media: por exemplo, o artigo explicava a diferença entre o significado de ‘muito provável’ e ‘provável’ [que ocorra uma determinada subida de temperatura], expressões utilizadas no Relatório. Outra peça sobre as principais conclusões do Relatório (incluindo as áreas de incerteza

remanescentes) seguia a mesma linha (*Público*, 2007).

Ricardo Garcia (2007) descreveu vários aspectos do processo de redacção e negociação de consenso relativamente ao Relatório do IPCC, incluindo a pressão de alguns governos, as concessões e os ajustamentos efectuados. Esta (re)construção discursiva da ciência no seu contexto social pode contribuir para uma melhor compreensão pública; ao mesmo tempo, tal retrato acarreta o risco de gerar suspeição pública em relação à ciência e ao conhecimento científico. No seu artigo, porém, o jornalista fomentou a confiança dos leitores no Relatório: ‘Vários autores principais do relatório ouvidos pelo PÚBLICO afirmaram que a versão final não alterou as conclusões científicas.’

Outros artigos de 3 de Fevereiro de 2007 cobriram as seguintes questões: as posições de actores-chave em relação às alterações climáticas, como os EUA, a União Europeia e o Canadá; a ausência de Portugal na reunião do IPCC; as perspectivas de um representante da Quercus e de Ricardo Trigo, um investigador que participou no projecto SIAM. Apesar do evento que esteve no centro deste momento crítico se relacionar com a ciência, foram publicados 19 artigos sobre questões políticas e apenas nove sobre ciência.

6. As alterações climáticas na televisão

No último período analisado neste capítulo, que corresponde à publicação do 4º Relatório do IPCC, analisámos também a cobertura televisiva das alterações climáticas. Debruçámo-nos sobre o principal programa noticioso dos quatro canais generalistas emitidos por via hertziana terrestre em sinal aberto: RTP1, RTP2 (na altura designada 2:), SIC e TVI. De modo a tornar o nosso estudo mais exequível, limitámos os dados como se descreve de seguida. No dia da apresentação pública do 4º Relatório do IPCC, 2 de Fevereiro de 2007, comparámos a cobertura de dois canais generalistas que foram escolhidos aleatoriamente: 2: (parte da empresa pública de radiodifusão RDP) e SIC (um dos canais privados). No período restante (16 Janeiro-16 Fevereiro), optámos por uma amostragem aleatória de dias e canais, o que gerou um total de 22 peças com menção às ‘alterações climáticas’ ou uma das outras expressões de pesquisa elencadas acima neste capítulo.

Em termos de metodologia de análise, combinámos elementos característicos da Análise Crítica de Discurso e da análise semiótica (Fiske & Hartley, 1978) no sentido de analisar as mensagens multimodais dos programas noticiosos. Tendo presentes as principais referências teóricas e os objectivos deste capítulo, procurámos responder às seguintes questões:

Como foram representados os riscos associados às alterações climáticas? Que cursos de acção foram privilegiados e a que agentes foi atribuída a responsabilidade de lidar com o problema?

A 2 de Fevereiro de 2007, a representação da SIC das conclusões do IPCC era relativamente alarmista devido às escolhas de palavras e imagens. O 'título' (i.e., as palavras que apareciam no écran no início da peça) que enquadrava esta notícia era o seguinte: 'Aquecimento global: ONU faz apelo dramático'. Tendo como pano de fundo um cenário em tons laranja com algo parecido com uma rocha (um meteorito?) e uma bola de fogo (um planeta?), o pivot afirmou que as conclusões do IPCC eram 'assustadores' (figura 1). 'Os peritos dizem que há já consequências inevitáveis mas que é ainda possível evitar o pior com uma intervenção urgente', afirmava. Na peça seguinte, um jornalista dizia que o IPCC tinha avisado que 'o mundo corre perigo'. Num bom exemplo das especificidades da comunicação televisiva sobre esta questão complexa, a SIC mostrou imagens de vários lugares em que alegadamente as alterações climáticas já estariam a ser sentidas: poluição do ar na China, ruas inundadas em cidades asiáticas (figura 2), terra afectada pela seca, e glaciares a derreter. Esta relação causa-efeito entre o fenómeno das alterações climáticas e ocorrências específicas foi apresentada de modo ainda mais incisivo noutra peça que o pivot introduziu com as seguintes palavras: 'Só hoje há vários exemplos concretos de que o clima parece estar de facto a enlouquecer'. As imagens que se seguiram eram de uma tempestade de areia que provocara a queda de neve amarela na Sibéria; uma tempestade na Florida com ventos e chuva forte; forte queda de neve e gelo que causara acidentes rodoviários noutras regiões dos EUA e no Canadá; chuva torrencial e inundações em Jacarta; um alerta de tornado e inundações na Austrália. Neste tipo de representação confunde-se claramente o tempo com o clima.

A televisão tem um potencial inigualável para a criação de um sentido de imediatismo e de urgência. Mas o que fazer face a tão grave problema como são as alterações climáticas? A forma como a televisão liga o problema a soluções possíveis é crucial para a percepção de como podemos responder ao problema. No Jornal da Noite da SIC de 2 de Fevereiro de 2007, os espectadores foram informados que 'os peritos insistem que a energia alternativa é a única saída', ao mesmo tempo que viam imagens de dezenas de torres eólicas. Após esta afirmação determinista sobre soluções técnicas, outra peça centrava-se na necessidade de reduzir o consumo de combustíveis fósseis e referia exemplos de soluções predominantemente associadas a medidas estatais: 'a União Europeia exigiu carros que poluam menos', 'os ingleses até têm um novo imposto para quem anda de avião' e o 'estado americano da Califórnia processou

a indústria automóvel exigindo ser compensado financeiramente pelos efeitos da poluição'. Não eram feitas quaisquer referências a indivíduos, a empresas ou ao governo local.



Figura 1. Jornal da Noite, SIC, 2 Fevereiro 2007



Figura 2. Jornal da Noite, SIC, 2 Fevereiro 2007

Na 2:, o seguinte título aparecia associado à peça de abertura de 2 de Fevereiro de 2007: 'Aquecimento global: uma causa humana'. Tal centrava a atenção na certeza científica sobre a responsabilidade humana face às alterações climáticas. A imagética inicial consistia essencialmente em mapas de temperaturas (figura 3). Trata-se de uma representação mais sóbria e mais próxima do discurso da ciência do que a que foi escolhida pela SIC. Pela voz da pivot, ouve-se falar de previsões de 'múltiplos fenómenos extremos' e da possibilidade de 'milhões de refugiados climáticos' no futuro. De seguida, foram emitidas entrevistas com participantes na reunião do IPCC, que foram entrecruzadas com imagens do desaparecimento de glaciares e de inundações, com semelhanças ao que vimos na SIC.



Figura 3. Jornal 2, 2:, 2 Fevereiro 2007



Figura 4. Jornal 2, 2:, 2 Fevereiro 2007

Os entrevistados propunham diferentes cursos de acção. Primeiro, um entrevistado não identificado, que poderia ser um cientista ou um político, dizia: ‘O que hoje temos é o poder da ciência que permite aos cidadãos dirigirem-se aos seus líderes, irem às lojas, aos supermercados, aos vendedores de automóveis, às empresas de energia e dizerem: “o que estão a fazer em relação a estas descobertas; em que sentido estão a participar na solução; como estão a ajudar a lidar com a maior ameaça à nossa vida neste planeta?”’ A entrevista seguinte era com Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia (figura 4), que argumentava que existe ‘todo um conjunto técnico de mecanismos que vão desde o investimento na tecnologia ao próprio lançamento do mercado de troca de emissões que permite, de acordo com toda a evidência científica disponível, atingir em 2020 uma redução de 20% dos gases com efeito de estufa’. Por fim, Jacques Chirac, então Presidente da República de França, aparecia a propor a criação de uma organização internacional no campo do ambiente com o objectivo de responder aos problemas que a humanidade enfrenta. Estas propostas representam diferentes discursos: *pragmatismo democrático* com alguns tons de *desenvolvimento sustentável*; *racionalidade económica* cruzada com *tecno-optimismo*; e fé na política internacional, que pode representar uma forma de *racionalidade administrativa*.

Devido a constrangimentos de espaço, só poderemos referir-nos de modo breve às restantes peças noticiosas que analisámos. Cinco peças centravam-se nos impactos das alterações climáticas; três dessas peças estavam ligadas à publicação de um relatório científico do projecto SIAM e foram emitidas no mesmo dia (22 de Janeiro). Uma delas era uma entrevista com Filipe Duarte Santos. Outras seis peças referiam-se a questões de política inter-governamental sobre alterações climáticas e especialmente sobre os planos da União Europeia neste domínio. A União Europeia e os governos de vários países eram aí os principais actores. Dez peças incidiam sobre energias renováveis nos programas noticiosos que analisámos. Porém, à excepção de uma, todas foram excluídas da nossa amostra porque não se referiam à questão das alterações climáticas (apesar de quase todas se referirem ao ‘ambiente’ ou a energia ‘verde’); cinco destas peças envolviam actores governamentais. Finalmente, havia cinco peças que focavam outras políticas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, quatro das quais incidiam sobre alterações legislativas em Portugal nos impostos sobre automóveis. O argumento apresentado para as alterações era a necessidade de reduzir a ‘poluição’ mas não era feita qualquer ligação às alterações climáticas, o que levou à exclusão dessas estórias da nossa amostra. O resto das peças na amostra referiam-se a tópicos variados, tais como a visita de Al Gore a Portugal e uma acção da Greenpeace.

7. Conclusões

Neste capítulo, analisou-se a representação mediática das alterações climáticas através de diferentes metodologias. O volume de cobertura entre 1990 e 2007 indica que as cimeiras intergovernamentais obtiveram o máximo de visibilidade enquanto que acontecimentos nacionais de grande importância receberam pouca atenção. Tal significa que decisões-chave, como o PNAC e o PNALE, não foram suficientemente escrutinadas.

A análise de conteúdo dos artigos do *Público*, *Correio da Manhã*, *Expresso* e *Visão* confirmou o grande peso da política e, em especial, da política internacional na mediatização das alterações climáticas. O segundo tema mais frequente nos media é a ciência, em particular, a investigação que diz respeito às consequências ambientais das alterações climáticas, e o terceiro é a economia, em particular as políticas económicas. Entre os sub-temas mais ausentes dos media encontramos Indústria/Comércio, um domínio com grande responsabilidade na geração de gases com efeito de estufa.

A análise da frequência de referências a diferentes actores sociais nos quatro media impressos entre 1990 e 2007 apontou para uma clara predominância do Governo Central, o que indicia uma forte politização do discurso sobre alterações climáticas e uma clara hegemonia dos governantes na reconstrução social desta questão. A interpretação que os actores políticos no poder fazem das alterações climáticas terá, portanto, uma elevada repercussão na reconstrução mediática da questão. As organizações internacionais são o segundo actor social mais referido, tratando-se na quase totalidade de entidades intergovernamentais, o que reforça ainda mais a importância dos Estados no discurso mediático sobre alterações climáticas. No ranking dos actores sociais, as universidades e centros de investigação (e os indivíduos a eles afiliados) surgem na terceira posição. É também de salientar que as vozes dos grupos cívicos têm uma visibilidade relativamente baixa nos meios de comunicação (a Quercus é a organização não-governamental mais citada, o que está em sintonia com o seu dinamismo na comunicação sobre as alterações climáticas).

Identificando, sempre que possível, os factores que deram origem aos artigos jornalísticos, verificou-se a primazia de Evento/Cimeira e Decisão/Proposta política, o que é, tal como outras dimensões da nossa análise, indicativo da dominação do discurso sobre alterações climáticas por parte da esfera política.

Para além da análise de conteúdo, este capítulo apresentou uma análise crítica do discurso de diferentes media. A análise da imprensa portuguesa sugere que o *alarmismo* não é um 'repertório linguístico' (Ereaut & Segnit, 2006) muito comum. No *Público* e no *Expresso*, mesmo os artigos que

apresentam algumas das previsões mais contundentes sobre os impactos das alterações climáticas não podem ser consideradas alarmistas na medida em que os dados científicos não parecem ter sido exagerados pelos jornalistas, nem pode ser razoavelmente argumentado que os jornais procuraram explorar sentimentos de medo ou promover uma leitura fatalista das alterações climáticas. Embora tenha alguma expressão na imprensa de cariz mais popular, o alarmismo também não é aí dominante.

O caso da televisão é algo diferente. As imagens são um elemento importante na sua busca de 'facticidade' e a sua utilização pode promover leituras da realidade com uma maior carga emocional e, porventura, cientificamente imprecisas. Enquanto a ciência evita estabelecer relações de causa-efeito entre o efeito de estufa e fenómenos meteorológicos específicos, a linguagem da televisão promove, como vimos, uma abordagem do tipo 'aqui e agora'. A própria natureza deste meio de comunicação gera, portanto, uma tendência para representar as alterações climáticas como um fenómeno mais tangível do que o que acontece na imprensa. A televisão também promove uma imagem mais dramática da questão, porque o vídeo só pode registar o que já aconteceu e que, portanto, não pode ser evitado. Ainda assim, as notícias na televisão tendem a enfatizar a necessidade de agir com urgência e não que a ideia de que 'é demasiado tarde' (e, portanto, de que estamos todos condenados) (Ereaut & Segnit, 2006: 12).

O *optimismo* também não pode ser considerado dominante na imprensa. A ideia de que cabe ao sistema político resolver o problema das alterações climáticas está presente em muitos artigos mas, apesar dessa atribuição de responsabilidade ao 'establishment', a maior parte dos meios de comunicação não promove a crença na capacidade das instituições políticas portuguesas para o fazer. Como vimos com o caso das peças televisivas, parece haver sinais de *tecno-optimismo* com a associação das energias renováveis a ideias como inovação, competitividade económica e protecção ambiental. No entanto, isto não é normalmente ligado explicitamente à luta contra as alterações climáticas.

O estudo apresentado neste capítulo leva-nos a concluir que a categorização dos discursos em termos de *alarmismo* e *optimismo* (com a variação de *optimismo pragmático*) proposta por Ereaut e Segnit (2006) é uma simplificação excessiva da variedade e complexidade das construções discursivas das alterações climáticas encontradas nos media.

Em termos das categorias discursivas de Dryzek (1997), verificámos que a *racionalidade administrativa* é dominante no discurso dos actores sociais e que também tem uma importante presença nos media. A *modernização ecológica* e a *racionalidade económica* têm, igualmente, uma expressão significativa. É globalmente esperado que a solução para as alterações cli-

máticas provenha do Estado e/ou do mercado com a tecnologia a desempenhar aí, também, um papel. Não houve casos claros de sobrevivencialismo ou *prometeísmo* nos media portugueses que analisámos (apesar de algumas peças no *Expresso* terem ido um pouco na direcção do *prometeísmo*). O *romantismo verde* e a *racionalidade verde* estiveram também ausentes dos discursos dos actores sociais e dos media: não houve apelos a transformações substanciais na consciência humana ou nas estruturas políticas.

Os actores governamentais – e, portanto, também, as suas opiniões, posições e propostas – estiveram frequentemente presentes nos discursos mediáticos sobre as alterações climáticas. Embora se encontrassem várias visões críticas do desempenho governamental na imprensa, as análises de alternativas políticas foram relativamente escassas (o *Público* destacou-se a este respeito, oferecendo uma análise mais frequente e aprofundada da política).

A responsabilidade empresarial, um aspecto fundamental em termos de causas e soluções para as alterações climáticas, foi raramente discutida nos media. A análise de um corpus de textos de dimensão superior ao que foi utilizado neste trabalho levou-nos a concluir que há também uma lacuna em termos de análise transversal, dado que nem os media nem os outros actores sociais normalmente analisam o impacto, em termos de emissões de gases com efeito de estufa, de novos sistemas de estradas ou de planos de ordenamento do território, por exemplo.

As alterações climáticas são vistas principalmente como uma questão de política internacional com o locus primário para a governação da questão a ser o ‘global’. Há, portanto, uma desconexão entre o problema ‘global’ e a ‘governança global’ que é preferida pela maior parte dos discursos, por um lado, e muitos das formas nacionais e – especialmente – locais de causalidade, por outro lado. A naturalização deste modo particular de se relacionar com as alterações climáticas é susceptível de dissuadir os cidadãos individuais e formas colectivas de agenciamento.

O conhecimento científico sobre as alterações climáticas é geralmente representado, nos media portugueses, como consensual relativamente à natureza do problema e aos factores antropogénicos que o produzem. O *Expresso* dá, ocasionalmente, algum espaço às perspectivas cépticas, mas na maioria dos casos fá-lo em géneros jornalísticos menos ‘sérios’ do que a notícia, tais como artigos de opinião e de humor. O cepticismo surge, assim, de uma forma dissimulada; de qualquer forma, este cepticismo ‘silencioso’ representa menos de 5% do número total de textos.

Referências bibliográficas

- A.P./F.J.G. (2007) 'Terra ameaçada pelo aquecimento', *Correio da Manhã*, 25 Janeiro.
- APCT (Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação) (2009) 'Análise de dados', http://www.apct.pt/analisesimples_00.aspx?publicacaosegmentoid=2&segselecionado=13, acesso a 6 de Setembro de 2009
- Azenha, A. S. (2007) 'Políticos não antevêem dimensão da catástrofe', *Correio da Manhã*, 11 Fevereiro.
- Bareme Imprensa (2007) 'Dados', http://www.marktest.pt/produtos_servicos/Bareme_Imprensa/info/conteudos/dados/default.asp, acesso a 16 de Abril de 2007
- B.C.M. (2005) 'Protocolo de Quioto entra em vigor', *Correio da Manhã*, 16 Fevereiro.
- Bell, A. (1994) 'Media (mis)communication on the science of climate change', *Public Understanding of Science* 3: 259-75.
- Bickerstaff, K. & Walker, G. (2001) 'Public understandings of air pollution: The 'localisation' of environmental risk', *Global Environmental Change* 11 (2): 133-45.
- Boykoff, M.T. & Boykoff, J.M. (2007) 'Climate change and journalistic norms: A case-study of US mass-media coverage', *Geoforum* 38: 1190-204.
- Brossard, D., Shanahan, J. & McComas, K. (2004) 'Are issue-cycles culturally constructed? A comparison of French and American coverage of global climate change', *Mass Communication & Society*, 7 (3): 359-77.
- Carvalho, A. (2005) 'Representing the politics of the greenhouse effect: Discursive strategies in the British media', *Critical Discourse Studies* 2 (1): 1-29.
- Carvalho, A. (2007) 'Ideological cultures and media discourses on scientific knowledge: Re-reading news on climate change', *Public Understanding of Science* 16 (2): 223-43.
- Carvalho, A. (2008) 'Media(ted) discourse and society: Rethinking the framework of Critical Discourse Analysis', *Journalism Studies* 9 (2): 161-77.
- Carvalho, A. & Burgess, J. (2005) 'Cultural circuits of climate change in UK broadsheet newspapers, 1985-2003', *Risk Analysis* 25 (6): 1457-69.
- Corbett, J. & Durfee, J. (2004) 'Testing public (un)certainly of Science: Media representations of global warming', *Science Communication* 26 (2): 129-51.
- Cotrim, A./ Lusa (2007) 'Poluidores penalizados', *Correio da Manhã*, 25 Janeiro.
- Coutinho, J. P. (2007) 'Uma discussão acalorada', *Expresso*, 9 Fevereiro.
- Dryzek, J. (1997) *The Politics of the Earth: Environmental Discourses*. Oxford: Oxford University Press.
- Ereaut, G. and Segnit, N. (2006) *Warm Words: How are We Telling the Climate Story and Can We Tell it Better?* London: Institute for Public Policy Research.
- Expresso*, sem autor (2003a) 'Área ardida igual ao Algarve', *Expresso*, 28 Agosto.
- Expresso*, sem autor (2003b) 'Ártico a derreter', *Expresso*, 23 Agosto.
- Expresso*, sem autor (2004) 'Bónus nas emissões', *Expresso*, 20 Março.
- Expresso*, sem autor (2005) 'Impasse no ambiente', *Expresso*, 18 Fevereiro.
- Expresso*, sem autor (2007a) 'As alterações climáticas têm causa humana', *Expresso*, 3 Fevereiro.
- Expresso*, sem autor (2007b) 'Causas que valem a pena', *Expresso*, 3 Fevereiro.
- Fairclough, N. (1995) *Media Discourse*, London: Edward Arnold.
- Fernandes, A. (2005a) 'O martelo de Raúl Estrada', *Público*, 16 Fevereiro.
- Fernandes, A. (2005b) 'O primeiro dia da luta contra as alterações climáticas', *Público*, 17 Fevereiro.
- Fernandes, A. (2005c) 'Pequeno guia para Quioto', *Público*, 16 Fevereiro.
- Fernandes, A. & Garcia, R. (2005) 'O mundo quase unido contra as alterações climáticas', *Público*, 16 Fevereiro.
- Fiske, J. & Hartley, J. (1978) *Reading Television*. London: Methuen.
- Foust, C. R. & Murphy, W. O. (2009) 'Revealing and reframing apocalyptic tragedy in global warming discourse', *Environmental Communication: A Journal of Nature and Culture* 3 (2): 151-167.
- Ganhão, M. (2004) 'Governo trava ecotaxas', *Correio da Manhã*, 18 Março.
- Garcia, R. (2003) 'Este é o Verão de todos os recordes em Portugal', *Público*, 12 Agosto.
- Garcia, R. (2004) 'Governo permite aumento das emissões poluentes até 2008', *Público*, 18 Março.
- Garcia, R. (2005a) 'Bruxelas adia novas metas para gases com efeito de estufa', *Público*, 10 Fevereiro.

- Garcia, R. (2005b) 'Plano nacional ainda está longe da concretização', *Público*, 16 Fevereiro.
- Garcia, R. (2005c) 'Portugal poderá estar mais longe de cumprir Quioto do que se previa', *Público*, 17 Fevereiro.
- Garcia, R. (2005d) 'Dois passos difíceis', *Público*, 17 Fevereiro.
- Garcia, R. (2007) 'Cientistas e governos reforçam tese da culpa humana', *Público*, 3 Fevereiro.
- Gautrat, P. (2007) 'Para uma governança ecológica mundial', *Expresso*, 3 Fevereiro.
- Gonçalves, F. (2005) 'Protocolo de Quioto atacado em Setúbal', *Correio da Manhã*, 17 Fevereiro.
- Grando, A. (1992) 'Compromisso final da Conferência do Rio, O mais cedo possível', *Público*, 15 Junho.
- Impresa (2009a) 'Expresso: Perfil de leitor', http://www.impresapublishing.pt/publicacoes/expresso/expresso_perfil.html, acesso a 6 de Setembro de 2009
- Impresa (2009b) 'Visão, Perfil de leitor', http://www.impresapublishing.pt/publicacoes/visao/visao_perfil.html, acesso a 6 de Setembro de 2009
- L., P. (2005) 'Vem aí o carbono', *Expresso*, 18 Fevereiro.
- Markttest (2006) 'Jornal de Notícias online sobe mais em Novembro', <http://www.markttest.com/wap/a/n/id~cb5.aspx>, acesso a 16 de Abril de 2007
- Markttest (2007) 'Jornais e revistas: diferenças de género', <http://www.markttest.com/wap/a/n/id-ef7.aspx>, acesso a 1 de Outubro de 2007
- Mazur, A. (1998) 'Global environmental change in the news', *International Sociology* 13 (4): 457-72.
- McCright, A. & Dunlap, R. (2000) 'Challenging global warming as a social problem: An analysis of the conservative movement's counter-claims', *Social Problems* 47 (4): 499-522.
- Olausson, U. (2009) 'Global warming-global responsibility? Media frames of collective action and scientific certainty', *Public Understanding of Science* 18: 421-436.
- Oliveira, L., Ruela, R. & Sá, S. (2003) 'Clima: Um calor de loucos', *Visão*, 14 Agosto.
- O'Neill, S. & Nicholson-Cole, S. (2009) "'Fear Won't Do It": Promoting positive engagement with climate change through visual and iconic representations', *Science Communication* 30(3): 355-379.
- Público*, sem autor (2003) 'Onda de calor não prova aquecimento global', *Público*, 8 Agosto.
- Público*, sem autor (2004) 'EDP defende que o plano tem custos', *Público*, 18 Março.
- Público*, sem autor (2007) 'As principais conclusões do relatório', *Público*, 3 Fevereiro.
- Queiroz, M. (2007) 'Cientistas de acordo', *Correio da Manhã*, 3 Fevereiro.
- Ramos, I. (2003c) 'Taxa sobre o carbono é decisiva', *Correio da Manhã*, 10 Agosto.
- Ramos, I. (2007) 'A caminho do desastre climático', *Correio da Manhã*, 4 Fevereiro.
- Ribeiro, L. (2005a) 'Aí está ele!', *Visão*, 10 Fevereiro.
- Ribeiro, L. (2005b) 'O elo mais fraco', *Visão*, 10 Fevereiro.
- Richardson, J.E. (2007) *Analysing Newspapers: An Approach from Critical Discourse Analysis*, Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Rodrigues, A.T (2008) *Representação da Problemática das Alterações Climáticas na Imprensa Portuguesa entre 1990 e 2005*, Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação, Braga: Universidade do Minho.
- Sá, S. (2003) 'Sem fim à vista', *Visão*, 7 Agosto.
- Santos, F. D. (2007) 'O risco e o desafio', *Expresso*, 3 Fevereiro.
- Saramago, J. (2007a) 'Água ameaça Portugal', *Correio da Manhã*, 22 Janeiro.
- Saramago, J. (2007b) 'Escândalo atinge aquecimento global', *Correio da Manhã*, 3 Fevereiro.
- Tomás, C. (2005) 'Quioto por cumprir', *Expresso*, 18 Fevereiro.
- Tomás, C. & Franco, H. (2007) 'Cumprir Quioto sai-nos do bolso', *Expresso*, 3 Fevereiro.
- Trumbo, C. (1996) 'Constructing climate change: Claims and frames in US news coverage of an environmental issue', *Public Understanding of Science* 5: 269-73.
- Wilkins, L. (1993) 'Between facts and values: Print media coverage of the greenhouse effect, 1987-1990', *Public Understanding of Science* 2 (1): 71-84.
- Wilkins, L. & Patterson, P. (1990) 'Risky business: covering slow-onset hazards as rapidly developing news', *Political Communication and Persuasion* 7: 11-23.
- Wilson, K. (1995) 'Mass media as sources of global warming knowledge', *Mass Communication Review* 22 (1-2): 75-89.